



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV - Nº 19

QUINTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 1991

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1. ATA DA 3ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE FEVEREIRO DE 1991

1.1 - ABERTURA

1.2.1 - Discursos do Expediente

DEPUTADO RICARDO MORAES
Demissões na Autolatina.

DEPUTADO CARLOS SANTANA
Incoerência no comportamento do Governo Federal.

DEPUTADO PAULO ROCHA -
Busca de soluções concretas para os trabalhadores brasileiros.

DEPUTADO AGOSTINHO VALENTE - Discurso proferido pelo Deputado Amaral Netto a respeito da reforma administrativa do Banco do Brasil.

DEPUTADO ELIAS MURAD - Reparo a comentário jornalístico, veiculado na Folha de S. Paulo, sob o título: *Cartilha ensina truques para que Parlamentares ganhe mais prestígio.*

DEPUTADO PAULO MARINHO - Compromisso de S. Exª na busca de soluções para problemas que afligem a Nação brasileira.

DEPUTADO ERNESTO GRADELA - Imagem do Congresso Nacional junto à opinião pública.

DEPUTADO TONY GEL - Reforma administrativa do Banco do Brasil.

DEPUTADO LUIZ SALOMÃO, como Líder - Retirada do PDT das negociações, com outros partidos, junto ao Governo.

DEPUTADA JANDIRA FEGHALI, como Líder - Posição assumida pelo PDT diante dos entendimentos que vinham ocorrendo com o Governo Collor. Realização, em Brasília, de ato em defesa da Petrobrás. Suspensão, por decisão judicial, de propaganda do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco.

DEPUTADO EDUARDO JORGE, como Líder - Posição do PT em relação à nova política salarial.

1.3 - ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências. **Aprovado.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral e dá outras providências. **Aprovado** na parte referente ao § 1º do art. 3º, ficando a votação dos demais dispositivos vetados adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de Impostos de Importação e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que mencionam, e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989, (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982, (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985, (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações no Código Penal. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985, (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional de Trânsito. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982, (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987, (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, regula seu funcionamento e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboa-

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem: 2 200-exemplares.

atão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais de saúde. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1988 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, à cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1990 (nº 2.036/89, na origem), que determina a indicação do prazo de prescrição nos títulos de créditos (cambiais). **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1983 (nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1990 (nº 3.656/89, na origem), que dispõe sobre a extinção de recursos *ex officio*. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1990 (nº 3.110/89, na origem), que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e

dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1986 (nº 1.945/83, na origem), que inclui o fotógrafo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/90, na origem), que dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1990 (nº 1.032/88, na origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário, revoga a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1990 (nº 3.797/89, na origem), que cria a Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. **Discussão encerrada, ficando a Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 14, de 1990-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais de Cr\$ 1.598.225.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada ficando a votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 - Comunicação da Presidência Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã às 18 horas e 30 minutos.

1.4 - ENCERRAMENTO

Ata da 3ª Sessão Conjunta, em 20 de fevereiro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Aluizio Bezerra – Amazonino Mendes – Amir Lando – Antonio Mariz – Aureo Mello – Beni Veras – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Epitácio Cafeteira – Fernando Henrique Cardoso – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Hélio Campos – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irupuan Costa Júnior – João Calmon – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Júlio Campos – Junia Marise – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Mansueto de Lavor – Marcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Oziel Carneiro – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – PTB; Avenir Rosa – PDC; Francisco Rodrigues – PTB; Julio Cabral – PTB; Tereza Jucá – PDS.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Eraldo Trindade – Bloco; Fátima Pelaes – Bloco; Gilvam Borges – Bloco; Lourival Freitas – PT; Murilo Pinheiro – Bloco; Sérgio Barcellos – Bloco; Valdenor Guedes – PTB.

Pará

Alacid Nunes – Bloco; Carlos Kayath – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Giovani Queiroz – PDT; Hilário Coimbra – PTB; José Diogo – PDS; Manoel Ribeiro – PMDB; Mário Chermont – PTB; Nicias Ribeiro – PMDB; Paulo Rocha – PT; Paulo Titan –

PMDB; Socorro Gomes – PC do B; Valdir Ganzer – PT.

Amazonas

Eduardo Braga – PDC; Euler Ribeiro – PMDB; José Dutra – PMDB; Pauderney Avelino – PDC; Ricardo Moraes – PT.

Rondônia

Jabes Rabelo – PTB.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Auricélia de Assis – PDS; Francisco Diógenes – PDS; João Maia – PMDB; João Tota – PDS; Ronivon Santiago – PMDB; Zilá Bezerra – PMDB.

Tocantins

Edmundo Galdino – PSDB; Eduardo Siqueira Campos – PDC; Lecomar Quintanilha – PDC; Merval Pimenta – PMDB; Osvaldo Reis – PDC; Paulo Morão – PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira – Bloco; Cid Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – Bloco; Daniel Silva – Bloco; Francisco Coelho – PDC; Haroldo Sabóia – PDT; João Rodolfo – PDS; José Burnett – Bloco; José Carlos Sabóia – PSB; José Reinaldo – Bloco; Nan Souza – Bloco; Paulo Marinho – Bloco; Ricardo Murad – Bloco; Roseana Sarney – Bloco; Sarney Filho – Bloco.

Ceará

Antônio dos Santos – Bloco; Ariosto Holanda – PSB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Edson Silva – PDT; Ernani Viana – PSDB; Etevaldo Nogueira – Bloco; Luiz Girão – PDT; Marco Penaforte – PSDB; Maria Luiza Fontenele – PSB; Mauro Sampaio – PSDB; Moroni Torgan – PSDB; Pinheiro Landim – PMDB; Sergio Machado – PSDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Vicente Fialho – Bloco.

Piauí

Átila Lira – Bloco; Benedito Carvalho Sá – PDS; Ciro Nogueira – Bloco; Jesus Tãjra – Bloco; João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PDS; Murilo Rezende – PMDB; Mussa Demes – Bloco; Paes Landim – Bloco; Paulo Silva – PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves – PMDB; Fernando Freire – Bloco; Flávio Rocha – Bloco; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Ibere Ferreira – Bloco; João Faustino – PSDB; Laíre Rosado – PMDB.

Paraná

Adauto Pereira – Bloco; Efraim Moraes – Bloco; Ivan Burity – Bloco; Ivandro Cunha Lima – PMDB; José Luiz Clerot – PMDB; José Maranhão – PMDB; Lúcia Braga – PDT; Moreira Lustosa – PMDB; Rivaldo Medeiros – Bloco.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro – PSB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Inocêncio Oliveira – Bloco; José Carlos Vasconcellos – Bloco; José Mendonça Bezerra – Bloco; José Múcio Monteiro – Bloco; Luiz Piauhyllino – PSB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Maviel Cavalcanti – Bloco; Miguel Arraes – PSB; Pedro Correa – Bloco; Renildo Calheiros – PC do B; Ricardo Fiúza – Bloco; Roberto Franca – PSB; Roberto Freire – PCB; Roberto Magalhães – Bloco; Sérgio Guerra – PSB; Tony Gel – Bloco; Wilson Campos – PMDB.

Alagoas

Antonio Holanda – Bloco; Augusto Farias – Bloco; José Thomaz Nono – Bloco; Luiz Dantas – Bloco; Mendonça Neto – PDT; Olavo Calheiros – S/P; Vitório Malta – Bloco.

Sergipe

Benedito de Figueiredo – Bloco; Cleonânio Fonseca – Bloco; Djenal Gonçalves – PDS; Everaldo de Oliveira – Bloco; Jerônimo Reis – Bloco; José Teles – PDS; Messias Gois – Bloco; Pedro Valadares – Bloco.

Bahia

Alcides Modesto – PT; Aroldo Cedraz – Bloco; Benito Gama – Bloco; Beraldo Boaventura – PDT; Clávis Assis – PDT; Eraldo Tinoco – Bloco; Félix Mendonça – Bloco; Geddel Vieira Lima – PMDB; Genebaldo Correia – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Jabes Ribeiro – PSDB; Jaques Wagner – PT; João Almeida – PMDB; João Alves – Bloco; José Carlos Bacelar – PMDB; Jorge Khoury – Bloco; José Carlos Aleluia – Bloco; José Falcão – Bloco; José Lourenço – PDS; Jutahy Júnior – PSDB; Luís Eduardo – Bloco; Luiz Moreira – PTB; Manoel Castro – Bloco; Marcos Medrado – Bloco; Nestor Duarte – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Ribeiro Tavares – PL; Sebastião Ferreira – PMDB; Sérgio Gaudenzi – PDT; Uldurico Pinto – PSDB; Waldeck Ornelas – Bloco; Waldir Pires – PDT.

Minas Gerais

Aécio Neves – PSDB; Agostinho Valente – PT; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aracely de Paula – Bloco; Armando Costa – PMDB; Avelino Costa – Bloco; Bonifácio de Andrada – PDS; Célio de Castro – PSB; Christóvam Chiaradia – Bloco; Emar Moreira – Bloco; Elias Murad – PSDB; Felipe Neri – PMDB; Fernando Diniz – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Getúlio Neiva – Bloco; Humberto Souto – Bloco; Ibrahim Abi-Ackel – PDS; Irani Barbosa – Bloco; João Paulo – PT; João Rosa – PMDB; José Aldo – PRS; José Belato – PMDB; José Rezende – PRS; José Santana de Vasconcelos – Bloco; Lael Varella – Bloco; Leopoldo Bessone – PMDB; Luiz Tadeu Leite – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – Bloco; Mário de Oliveira – Bloco; Maurício Campos – PL; Neif Jabur – PMDB; Nilmarino Miranda – PT; Odelmo Leão – Bloco; Osmânio Pereira – PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos – PSDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Roberto Brant – PRS; Romel Anísio – Bloco; Sandra Starling – PT; Saulo Coelho – PSDB; Tilden Santiago – PT; Vittorio Mediolli – PSDB; Wagner do Nascimento – PTB; Zaire Rezende – PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos – PMDB; Etevalda Grassi de Menzes – PMDB; João Baptista Motta – PSDB; Jones Santos Neves – PL; Jório de Barros – PMDB; Nilton Oliveira – PMDB; Paulo Hartung – PSDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Valadão – PMDB; Rose de Freitas – PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – PTB; Álvaro Vale – PL; Aroldo de Oliveira – Bloco; Bocayuva Cunha – PDT; Artur da Távola – PSDB; Benedita da Silva – PT; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Campista – PT; Carlos Lupi – PDT; Carlos Santana – PT; Cidinha Campos – PDT; Fábio Raunheitti – PTB; Fernando Lopes – PDT; Flávio Palmier da Veiga – Bloco; Francisco Dornelles – Bloco; Francisco Silva – PDC; Jair Bolsonaro – PDC; Jandira Feghali – PC do B; João Mendes – PTB; José Egydio – Bloco; Junot Abi-Ramia – PDT; Laprovita Vieira – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Márcia Cibiliis Viana – PDT; Miro Teixeira – PDT; Nelson Bornier – PL; Paulo Almeida – PTB; Paulo Portugal – PDT; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Rubem Medina – Bloco; Sandra Cavalcanti – Bloco; Sérgio Arouca – PSB; Sérgio Cury – PDT; Sidney de Miguel – PDT; Simão Seassim – Bloco; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wanda Reis – PMDB.

São Paulo

Alberto Goldman – PMDB; Aldo Rebelo – PC do B; Aloizio Mercadante – PT; André Benassi – PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB; Arnaldo Faria de Sá –

Bloco; Beto Mansur – PDT; Cardoso Alves – PTB; Cunha Bueno – PDS; Delfim Netto – PDS; Diogo Nomura – PL; Edevaldo Alves da Silva – PDS; Eduardo Jorge – PT; Ernesto Gradella – PT; Euclides Mello – Bloco; Fabio Meirelles – PDS; Fausto Rocha – Bloco; Florestan Fernandes – PT; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PSDB; Heitor Franco – PDS; Hélio Rosas – PMDB; Hélio Bieudo – PT; Irma Passoni – PT; João Mellão Neto – PL; Jorge Tadeu Mudalen – PMDB; José Cicote – PT; José Dirceu – PT; José Genoíno – PT; José Serra – PSDB; Jurandyr Paixão – PMDB; Koury Iha – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Luiz Gushiken – PT; Magalhães Teixeira – PSDB; Manoel Moreira – PMDB; Marcelino Romano Machado – PDS; Marcelo Barbieri – PMDB; Maurício Mariano – Bloco; Mendes Botelho – PTB; Nelson Marquizezelli – PTB; Oswaldo Stecca – PSDB; Ricardo Izar – PL; Robson Tuma – PL; Solon Borges dos Reis – PTB; Tadashi Kuriki – PTB; Tidei de Lima – PMDB; Tuga Angerami – PSDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Vadão Gomes – Bloco; Valdemar Costa – PL; Wagner Rossi – PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas – PTB; João Teixeira – Bloco; Jonas Pinheiro – Bloco; José Augusto Curvo – PL; Oscar Travassos – PDS; Rodrigues Palma – PTB; Wellington Fagundes – PL; Wilmar Peres – Bloco.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PCB; Benedito Domingos – PTR; Francisco Domingos dos Santos – PT; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco; Paulo Octávio – Bloco; Sigmaringa Seixas – PSDB.

Goiás

Antônio Faleiros – PMDB; Délio Braz – PMDB; Haley Margon – PMDB; João Natal – PMDB; Lázaro Barbosa – PMDB; Maria Valadão – PDS; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Paulo Mandarino – PDC; Pedro Abrão – PMDB; Ronaldo Caiado – PSD; Virmondes Cruvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – Bloco; Flávio Derzi – PST; George Takimoto – Bloco; Marilu Guimarães – PTB; Nelson Trad – PTB; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – PST.

Paraná

Antônio Barbara – Bloco; Antonio Ueno – Bloco; Basilio Villani – Bloco; Carlos Roberto Massa – Bloco; Delcino Tavares – PMDB; Edesio Passos – PT; Edi Siliprandi – PDT; Elio Dalla Vecchia – PDT; Flavio Arns – PSDB; Homero Oguido – PMDB; Ivanio Guerra – Bloco; Luciano Pizzatto – Bloco; Luiz Carlos Hauly – PMDB; Matheus Iensen – PTB; Max Rosenmann – Bloco; Munhoz da Rocha – PSDB; Onaireves Moura – PTB; Paulo Bernardo – PT; Pedro To-

nelli – PT; Pinga Fogo de Oliveira – Bloco; Reinhold Stephanes – Bloco; Rubens Bueno –; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin – PDS; César Souza – Bloco; Dejandir Dalpasquale – PMDB; Dércio Knop – PDT; Eduardo Moreira – PMDB; Hugo Biehl – PDS; Jarvis Gaidzinski – PL; Luci Choinacki – PT; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conto – PMDB; Paulo Bauer – PDS; Paulo Duarte – Bloco; Ruberval Pilotto – PDS; Vasco Furlan – PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Preto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PDS; Amaury Muller – PDT; Antônio Britto – PMDB; Arno Magarinos – Bloco; Carlos Azambuja – PDS; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Celso Bernardi – PDS; Eden Pedroso – PDT; Fernando Carrion – PDS; Fetter Júnior – PDS; Germano Rigotto – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PDS; José Fortunati – PT; Luis Roberto Ponte – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Proença – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Paim – PT; Raul Pont – PT; Telmo Kirst – PDS; Valdomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PDS; Wilson Muller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – As listas de presença acusam o comparecimento de 79 Srs. Senadores e de 415 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Congressista Ricardo Moraes.

O SR. RICARDO MORAES (PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em primeiro lugar, gostaria de dar um informe. Hoje, uma equipe do Partido dos Trabalhadores, junto com a Central Única dos Trabalhadores e o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, teve uma audiência com a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Foi tratada a questão das demissões na Autolatina. Tivemos uma notícia aparentemente boa, de que as demissões, em torno de 5 mil, estão suspensas, enquanto o Ministério da Economia negocia com a direção da Autolatina.

Mas, Companheiros, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Congressistas, gostaria aqui de fazer um apelo aos nobres Colegas recém-eleitos, na sua grande maioria, novos Deputados. Queria fazer um apelo aos Partidos de Oposição, a parte boa deste Congresso, para que tenham muito cuidado com a maneira como votarão as medidas provisórias.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores é composta de 35 sindicalistas. Queremos

marcar a nossa presença aqui neste plenário. Aqueles Parlamentares que fizeram discurso durante a sua campanha eleitoral, prometendo mundos e fundos àqueles que os elegeram, até com enganação de sacolinha de rancho, aqueles que vieram para cá e traíram a opinião pública brasileira com o seu voto a favor da miséria, porque quem votar nas Medidas Provisórias do Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, num salário mínimo miserável que Sua Excelência está oferecendo à classe trabalhadora, a esses Parlamentares avisamos que vamos fazer a mesma campanha que fizemos à época da elaboração da nova Constituição. Vamos denunciar todos os traidores da opinião de uma ponta à outra deste País. Cada um dos Srs. Parlamentares já sabe que essa denúncia na Legislatura passada deu certo. Agora, não vamos medir esforços para fazer diferente. Todo aquele que votar contra a opinião da grande maioria do povo brasileiro, Sr. Presidente, vamos denunciar. Vamos denunciar qualquer parlamentar que vier aqui curvar-se ao Senhor Fernando Collor de Mello. Não fomos eleitos para meninos de recado do Executivo; fomos eleitos para defender a maioria do povo brasileiro. Quero dizer que, desde os empresários aos operários, ninguém está satisfeito com as medidas econômicas deste Governo.

Há muita gente aqui com medo do Executivo. Está contra mas tem medo. Chega aqui e se curva. Quero dizer que aqui não há vaga para medroso; aqui há vaga para quem quer a independência deste País, para quem quer a independência do Congresso Nacional. Não vim aqui, Companheiros, para trabalhar com medrosos! Vim para trabalhar com Companheiros que querem a independência deste Congresso, que querem a moralidade, a liberdade do nosso País! O atual Governo está vendendo a nossa Nação às multinacionais! Milhares de empresas já faliram neste País! Agora é hora de o Congresso Nacional levantar-se e dar uma resposta ao nível que este Governo merece!

As discussões sobre as negociações já estão indo por água abaixo. O povo brasileiro espera alguma coisa de cada um de nós! Temos de dar Essa resposta! Cada um de nós aqui tem de discutir uma saída para este País!

Se não tivermos coragem de fazer isso, Companheiros, é melhor colocarmos "a sacolinha no ombro" e irmos embora para casa, porque nada há a fazer aqui. Acredito na grande maioria dos parlamentares do Congresso Nacional. Acredito que exista uma grande maioria aqui do Congresso que ainda está analisando aquilo que foi pedido durante a campanha pelos seus eleitores, pelo povo mais humilde deste País, que não quer morrer de fome. Esses ainda são muito lúcidos.

Houve uma perda salarial de 75% desde o início do Governo Collor. Como está vivendo essa maioria do povo brasileiro? Está vivendo na miséria! E nós estamos sendo cobrados dia a dia; alguns podem não ser cobrados porque foram eleitos talvez com mui-

to dinheiro e longe do povo, mas quem foi eleito no meio do povo está sendo cobrado a cada dia que passa na rua, a cada vez que vai ao supermercado, ou a qualquer lugar.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos dar este recado a cada um desta Casa, porque estivemos nas portas das fábricas, nas favelas, enfim, no meio da população brasileira e sentimos na pele essa exigência, à qual temos que dar uma resposta.

O Congresso Nacional não pode curvar-se diante das posições que o Senhor Collor de Mello tem imposto à classe trabalhadora.

Agora é a hora. Ou moralizamos este Congresso ou o entregamos ao Senhor Fernando Collor de Mello para fazer dele o que bem quiser. Temos que fazer deste Congresso Nacional a palavra dos descamisados, que já estão nus. O Senhor Fernando Collor de Mello disse que ia defender os descamisados, mas, hoje, o desemprego demonstra que os que eram descamisados já estão nus; amanhã, serão marginais, ladrões, assassinos, porque irão lutar de qualquer jeito pela sua sobrevivência. O que faz um pai de família quando vê o seu filho chorando, com fome, e ele não tem de onde tirar o dinheiro para o pão? Ele vai apelar para qualquer coisa, Companheiro.

Quero repetir essa questão, para finalizar.

Não vamos medir esforços para denunciar aqueles que votarem e se curvarem diante das medidas econômicas.

Amanhã, teremos uma reunião, às 9 horas da manhã, já para discutir esses encaminhamentos. No dia da votação das Medidas Provisórias, vamos encher estas galerias de sindicalistas e com o povo brasileiro que elegeu cada um de nós para que digam o que estão querendo deste Congresso Nacional. E eles não estão querendo que ninguém se curve diante das condições que nós, trabalhadores, estamos passando.

É preciso, então, que cada um observe, daqui para a frente, o que vai fazer, porque pode custar muito caro o seu abaixar de cabeça diante do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Concedo a palavra ao nobre Congregista Carlos Santana.

O SR. CARLOS SANTANA (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Companheiros Congressistas, mais uma vez subimos a esta tribuna para denunciar a incoerência do Governo Federal. Hoje verificamos no jornal O Globo que o Governo manda o Ministro do Trabalho negociar com empresários as demissões na Autolatina, e, no Jornal do Brasil, que S. Ex.^a manda demitir mais de seis mil trabalhadores portuários.

Essa é uma das maiores incoerências que verificamos hoje. Nas empresas em que o Governo tem poder, ele manda demitir sumariamente todos os trabalhadores. Verificamos o que vem acontecendo também a nível da Autolatina e estamos aqui cada vez mais

tristes com essa situação. Os companheiros ferroviários conseguiram uma liminar de reintegração nos seus serviços e a própria empresa não está querendo readmiti-los, uma uma incoerência que está acontecendo hoje nas empresas estatais deste País.

Com tristeza verificamos que de Norte a Sul, neste País, está havendo demissões. E aqui, a cada momento, estarei incansável a denunciar o que estão fazendo nas empresas estatais.

Nós, trabalhadores das estatais, já estamos cansados dessa história de subsídio para os empresários. E a nossa responsabilidade com relação à economia deste País? Pela conversa que tivemos com a Ministra da Economia, verificamos a situação. O Companheiro Ricardo Moraes saiu daqui desesperado, pois estamos sentindo que eles não têm saída alguma nesse momento sócio-econômico que vivemos. Quando começamos a questionar as demissões da Autolatina, a Ministra teve a ousadia de dizer que há uma grande guerra entre essa empresa e o Poder Executivo. Isso está sendo pago com o suor dos trabalhadores, e nós estamos aqui denunciando. Chega! Vamos dar um basta nessa situação! Sabemos que muitos daqueles que se elegeram com o apoio do Governo Federal estão contra essas medidas que estão aí. Entendemos que o número de demissões cada vez mais está solapando este País.

Convidamos todos aqueles Companheiros aqui presentes para uma concentração no Centro de Convenções, para discutirmos sobre os petroleiros e a situação da Petrobrás. E denunciemos a incoerência, a injustiça. Não há uma política clara e verdadeira neste País, nem para os trabalhadores nem para os setores empresariais. De um lado, manda-se demitir; do outro, exige-se dos empresários que não devem demitir. Queremos saber qual a posição clara deste Governo.

A cada momento estaremos presentes nesta tribuna e uma matéria como essa, desse jornal, será denunciada, porque há uma incoerência nesse sentido. Queremos ter uma posição clara, objetiva. Queremos discutir. Não defendemos a estatal como cabide de empregos, como foi no regime militar por muito tempo. Sabemos disso, mas há empresas estatais que são o crescimento básico da economia deste País. E há ferrovias, hidrovias, vários setores que precisam ser discutidos, bem como o setor energético deste País. Cada vez mais esta vai ser a nossa função.

Trabalhadores ferroviários conseguem uma liminar na Justiça e a própria empresa não quer reintegrá-los.

Onde nós estamos? Que País é este? Que Justiça é essa?

Essa é a nossa responsabilidade.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Concedo a palavra ao nobre Congregista Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

estou chegando a este Congresso sendo um iniciante nesta Casa. Venho do movimento sindical; há 12 anos participo da luta; ajudei a romper a estrutura sindical neste País, fundando a Central Única dos Trabalhadores; sou participante político, daqueles que resistiram à ditadura militar e que brigaram por democracia neste País; ajudei a fundar o Partido dos Trabalhadores, o qual avança e se organiza e hoje tem assento nesta Casa e representa a voz dos trabalhadores.

Srs. Congressistas, caros Companheiros: há décadas que lutamos por democracia, por independência e por justiça social. Nós, Deputados e Senadores, com certeza, nesta semana, estaremos recebendo lobbies de todos os setores da classe trabalhadora, quer seja na defesa dos salários como do emprego. Venho ocupar esta tribuna para continuar chamando a atenção dos Srs. Congressistas, batendo na mesma tecla de alguns companheiros nossos.

Depois da era da ditadura militar, quando os trabalhadores eram chamados para ajudar a produzir neste País, para crescer o bolo e depois dividi-lo, passamos pela era Sarney, do chamado "brasileiras e brasileiros, vamos lutar, tudo pelo social". Agora, vem o salvador da pátria chamando "minha gente, vamos construir um Brasil moderno, vamos chamar para a modernidade, aqueles que não estão do lado da modernidade são contra a modernidade".

Esse discurso nós já ouvimos esse filme os trabalhadores já estão acostumados a assistir, do discurso de crescer o bolo, de tudo pelo social, do Brasil moderno. Depois de planos e mais planos que se arvoram a consertar a economia deste País, sobra apenas para os trabalhadores.

Qual a consequência para os trabalhadores se na área urbana é arrocho salarial, desemprego? E na área rural sobra somente violência e assassinato para aqueles que se arvoram a lutar.

Nós, Congressistas, com um mandato popular, tendo responsabilidade maior ainda, ontem perdemos uma grande oportunidade de começar a dar respostas concretas a aqueles que se arvoraram a assentar-se no poder para resolver o problema dos trabalhadores ou do Brasil.

Hoje, está colocado para este Congresso Nacional, seja para Deputados ou Senadores, concretamente, chamar para nós a solução deste País no debate concreto, no debate democrático aqui nesta Casa, e transformar esta Casa numa trincheira das soluções deste País. Ou seja, mudar a concepção desenvolvimentista que foi criada neste País e começar a implantar políticas econômicas que mudem, de uma vez por todas, a transferência da mão-de-obra para o capital e comece a distribuir renda, dando solução para aqueles que sempre "pagaram o pato" distribuindo renda para os trabalhadores que nunca tiveram acesso ao mínimo de dignidade humana neste País.

Companheiros Congressistas, é o momento de, uma vez por todas, resgatar para esse

espaço o debate democrático e encontrar soluções concretas para os trabalhadores, para o povo brasileiro.

Srs. Congressistas, sabemos que têm aqui, sim, os que estão ao lado daqueles que querem estar cada vez mais mamando nas tetas do Governo. Sabemos, sim, que há aqui pessoas que estão ao lado daquela concepção que é dando que se recebe. Mas há também pessoas lutadoras pela democracia, pela independência, velhos batalhadores que chamamos aqui para transformar esta tribuna numa trincheira permanente na defesa da independência do nosso País, na defesa da independência da classe trabalhadora, na defesa da democracia, na defesa de uma concepção desenvolvimentista que traga bem-estar social ao nosso povo e à nossa gente.

Essa é a nossa contribuição, esse é o nosso chamamento, Sr. Presidente. Que todos aqui tenham o compromisso de lutar por um Brasil melhor, por uma Nação com justiça social. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Agostinho Valente.

O SR. AGOSTINHO VALENTE (PT — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ocupo a tribuna para dar a notícia de que o Congressista Leomar Quitanilha, do PDC, que requereu a CPI do Banco do Brasil para averiguar por que 1700 agências, quase que precisamente, estão sendo desativadas. É um consenso nacional de que tal medida é um prejuízo imenso para a Nação. Essa notícia chega junto com outra, a da criação do Comitê de Defesa dos Bancos Federais, em Minas Gerais, no Sindicato dos Bancários, que vai acontecer amanhã à noite, possivelmente com a presença de muitos deputados funcionários do Banco do Brasil.

Aproveitei a oportunidade para dissertar um pouco sobre a realidade do Banco do Brasil, de onde sou funcionário há 24 anos.

Hoje à tarde, no Pequeno Expediente, o Congressista Amaral Netto surpreendeu-nos com um certo discurso. Ater-me-ei às palavras e ao pensamento do congressista e deixarei para comentar a realidade do Banco do Brasil, casa de que tanto o País precisa, em outra oportunidade, até porque a CPI é um fato: duzentos deputados assinaram o requerimento e nós vamos buscar as razões por que o Congresso Nacional não pode conhecer a realidade do Banco do Brasil, tendo em vista a maneira como cinquenta parlamentares foram tratados na direção daquela casa.

Mas disse o Deputado Amaral Netto, hoje à tarde, que ficava solidário com o Presidente da República, contra uma equipe de mentirosos que está à frente da política financeira do Governo. E disse o deputado que a Ministra Zélia Cardoso de Mello mente, que o Sr. Ibrahim Eris mente, que outras autoridades mentem. E o Presidente fica aí à mercê da mentira de seus assessores.

Ora, se V. Ex^a fica solidário com o seu Presidente, vamos preferir ficar solidários com a Nação, por que esta, sim, todas as semanas, recebe uma carga violenta de mentiras. De quem? Do Presidente da República. Mentiu Sua Excelência na campanha e continua mentindo todas as semanas na frente das televisões. Veste uma camiseta, tira outra, coloca outra. Ora, Deputado Amaral Netto, ficasse então solidário com o povo todo que está recebendo mentiras de todas as partes, mas não ficar solidário com uma parcela de mentirosos. Falo isso porque vejo uma certa coerência no Deputado Amaral Netto, notório homem com várias diferenças, pelo menos, no meu pensamento político: S. Ex^a é um homem de direita e eu sou um homem de esquerda. Hoje, o deputado ficou a meio caminho, o que não costuma ocorrer. É um homem que — sabemos — não tem meia medida: ou está de um lado ou está do outro. Hoje, porém, preferiu ficar no meio da mentira. E passou a tarde inteira ficando do lado da meia mentira.

Agora à noite, talvez o deputado faça uma reflexão e chegue amanhã a dizer que está do lado daqueles que sofrem com a mentira, e não fique do lado de uma pessoa, a qual eleja como o único enganado do País.

Ora, a Ministra Zélia não pode estar mentindo somente para um presidente privilegiado de ouvir a sua retórica econômica. Há muito mais por trás disso, Deputado Amaral Netto, do que as nossas intervenções nos Pequenos e nos Grandes Expedientes, quer seja no Congresso Nacional, quer seja na Câmara dos Deputados.

Há mesmo uma vontade de setores mais truculentos em querer abarcar a assessoria econômica do presidente. Dada a fraqueza com que esse presidente vai ficando frente à opinião pública e também no Congresso Nacional, há momentos em que imaginamos que, aí sim, o presidente vá preferir os mentirosos de antontem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa. Faz soar a campainha.)

O SR. AGOSTINHO VALENTE — Já termino, Sr. Presidente.

Está muito claro que essa equipe econômica não vai resistir muito tempo. Mas também está muito claro que mentirosos mais tarimbados, mais qualificados na mentira e no sofisma vão colocar a mão no Ministério da Economia. É carta muito marcada, Sr. Presidente, para que nós, os trabalhadores, não possamos saber o seu naípe.

É uma realidade muito forte para que o discurso do Deputado Amaral Netto fique apenas na meia verdade ou na meia mentira. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Bernardo. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Hélio Bicudo. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra à nobre Congressista Irma Passoni. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas congressistas, como tenho feito já há quatro anos, periodicamente divulgo entre os colegas parlamentares folhetos de orientação sobre vários temas, de um modo geral na minha área da saúde. E, para terem uma idéia dos folhetos que tenho divulgado, principalmente os colegas neófitos, aqueles que assumiram nesta legislatura o seu mandato, gostaria de, rapidamente, ler os títulos de alguns desses folhetos que visam, principalmente, a colaborar para melhorar a situação de saúde dos parlamentares. Um deles, por exemplo, que tenho aqui em mãos: "Como combater o stress sem usar medicamentos". O outro: "Como combater o stress pré-eleitoral, sem usar tranquilizante", outro contém cerca de sete itens, os quais a Organização Mundial de Saúde considera fundamentais para o bom equilíbrio da saúde dos indivíduos; um-outro, a respeito dos malefícios do fumo no plenário, principalmente um plenário como este, com pouca ventilação, a não ser o ar condicionado central, e assim por diante. Quase todos eles, como este que está aqui, são em defesa da sua saúde. E a tônica desses meus folhetos tem sido a amenidade, quando não um certo humorismo, para inclusive dar a colaboração que julgamos fundamental, como uma vez disse o próprio Deputado Ulysses Guimarães em um prefácio que fez do nosso livro "Flagrantes da Constituinte," que contém fatos amenos, humorísticos, não ventilados corriqueiramente, e que ocorreram durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

O penúltimo dos nossos folhetos, muito adequado na época, tem o título "Como prevenir a ressaca alcoólica das festas natalinas", que por sinal teve uma receptividade muito grande entre os colegas parlamentares.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, acabei de mandar a todos os colegas – alguns, talvez, já tenham recebido em seus gabinetes, outros deverão receber amanhã, provavelmente – conselhos aos novos parlamentares, onde mostro sempre com a tônica amena, quando não bem humorada, situações que podem facilitar o nosso trabalho e a nossa convivência diária. Contudo, Sr. Presidente, um repórter que possivelmente faz parte do Comitê de Imprensa desta Casa, e que trabalha no ilustre jornal, um jornal que admiro pela sua luta, pela seriedade com que tem divulgado principalmente os temas políticos, a *Folha de S. Paulo*, ontem, fez o seguinte comentário a respeito deste nosso folheto: "Cartilha ensina truques para que parlamentares ganhem mais prestígio". E o artigo do representante da *Folha de S. Paulo* em Brasília, possivelmente lotado no Comitê de Imprensa desta Casa – repito – jornalista

Lúcio Vaz, pega exatamente alguns pontos do nosso folheto um pouquinho dúbios em determinados aspectos, para ventilar apenas e exclusivamente os aspectos negativos que poderiam existir em tais orientações.

Diz aqui: "O Deputado Elias Murad ensina alguns macetes que substituem" – linguagem do jornalista e não minha – "o trabalho pela esperteza, ou seja, ensina os novos parlamentares a serem oportunistas".

Quero citar alguns tópicos deste folheto, que V. Ex^{as} deverão receber no mais tardar amanhã, para verificarem se estou ensinando alguma coisa de esperteza. Por exemplo, entre outras coisas, digo:

"Atenda o público com delicadeza e paciência, sobretudo paciência. De dez telefonemas que recebo, nove são pedidos, e o décimo é engano. Esteja preparado para isso."

O que é que tem de esperteza nesta sugestão?

Atenda o público com delicadeza, com boa vontade, é nossa função. Fomos eleitos por vinte, trinta, quarenta mil votos. Aliás, é um outro item que cito aqui:

"Lembrem-se", (O Sr. Presidente faz soar a campainha) – estou terminando Sr. Presidente – "aqui há mais caciques do que índios.

Quem recebeu do povo vinte, trinta, quarenta mil votos julga-se, e com razão digo eu, um líder. Trate-o como tal, trate-o por V. Ex^a."

E ele, este ilustre e desconhecido jornalista – não o conheço – diz que estou ensinando truques para aparecer na televisão e na mídia, e para também ganhar prestígio, como se nós precisássemos disso.

E ainda mais. Ele próprio diz, aqui, que uma das maneiras de o parlamentar se promover é fazendo pronunciamentos no plenário. Digo isso no folheto.

Falo:

"Não percam a oportunidade de mandar as suas mensagens ou defender as suas idéias através de pronunciamentos."

É exatamente o que digo. E falo mais:

"Mesmo que a mídia o ignore, você terá espaço na hora do Brasil."

E assim por diante, entre os 11 itens que aqui estou citando.

Portanto, Sr. Presidente, terminando e agradecendo a benevolência de V. Ex^a, quero lançar aqui o meu protesto e dizer que estou enviando, nesta data, uma carta ao jornalista Lúcio Vaz, pedindo que ele reconsidere essa maneira desprimorosa com que ventilou esse nosso folheto, cuja finalidade foi, principalmente, trazer um pouco de amenidade, de bom humor aos nossos trabalhos diuturnos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Concedo a palavra ao nobre Congressista José Luiz Clerot. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Roberto Cardoso Alves.

S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Pedro Tonelli.

S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Osvaldo Bender.

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Marinho.

O SR. PAULO MARINHO (PSC - MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvi, ainda há pouco, a palavra de um deputado do Partido dos Trabalhadores e resolvi vir aqui dar um testemunho aos companheiros deputados do PT.

Ontem votei na proposta do PT, do Partido dos Trabalhadores, e ouvi – esta Casa precisa posicionar-se inclusive com relação a isso – pronunciamento de um deputado, onde senti-me profundamente ofendido. Senti-me agredido até como parlamentar. Senti-me agredido na medida em que entendo que nós, principalmente os eleitos agora, depois de seriamente julgados pela sociedade como um todo, não precisamos decidir sob pressão.

Temos a nossa consciência tranqüila. Recebemos milhares e milhares de votos e não precisamos, de forma alguma, de nenhum tipo de pressão, qualquer que seja a tendência política, para que esta Casa se manifeste, julgando ou decidindo alguma coisa.

Queria dizer mais: a pressão da sociedade certamente irá se dar no momento em que tivermos que renovar os nossos mandatos. Certamente o eleitorado haverá de aprovar ou reprová-los aqueles que aqui se posicionarem a favor ou contra as propostas da sociedade. Por isso resolvi vir aqui dizer aos companheiros do Partido dos Trabalhadores que há nesta Casa, hoje, principalmente agora, uma geração se posicionando e que certamente vai decidir de acordo com aquilo que lhe foi delegado pelos milhares de eleitores que neles votaram. Precisamos aqui elevar o nível do nosso discurso, buscar e encontrar soluções para os problemas que estão a afligir o nosso País.

Ao invés de estarmos aqui a discutir – por isso, votei ontem contra a proposta do Governo – precisamos nos reunir e buscar soluções para os problemas do Brasil. Não adianta tão-somente criticar por criticar e apontar os erros que aí existem. Adianta, sim, vir aqui buscar e encontrar soluções que o povo brasileiro está a exigir do Congresso e de todos nós que fomos eleitos.

O Sr. Mendonça Neto – Permite-me V. Ex^a um aparte nobre Congressista Paulo Marinho?

O SR. PAULO MARINHO – Sem dúvida.

O Sr. Mendonça Neto – Nobre Congressista, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pelas palavras que está pronunciando da Tribuna do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa, fazendo soar a campainha – informo a V. Ex^a que não é permitido aparte no período de breves comunicações.

O SR. PAULO MARINHO – Portanto, companheiros, fica aqui, de forma até coerente, este meu alerta, para que nós e os Deputados do Partido dos Trabalhadores venhamos à tribuna também oferecer soluções aos problemas que estão a afligir a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Agostinho Valente – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – V. Ex^a está pedindo a palavra pela ordem baseado em qual artigo do Regimento?

O Sr. Agostinho Valente – Sr. Presidente, o orador que ocupou a tribuna, há pouco, fez referências ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores. Para que eu possa dar explicações ao nobre colega V. Ex^a poderia conceder-me a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – V. Ex^a não está levantando questão de ordem.

O Sr. Agostinho Valente – Estou pedindo a palavra pela ordem. Se V. Ex^a não puder concedê-la, o que posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Com a palavra o nobre congressista Ernesto Gradella.

O Sr. Agostinho Valente – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem. Pela ordem ou para uma questão de ordem, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, é a mesma coisa. Mesmo errando no requerimento, V. Ex^a poderia deferir-lo para que eu pudesse usar do microfone neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Nobre Congressista, teria muito prazer em atendê-lo, mas V. Ex^a não está levantando questão de ordem.

O Sr. Agostinho Valente – Sr. Presidente, gostaria de explicar ao nobre congressista que acabou de usar da tribuna que...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Nobre congressista, V. Ex^a não pode dialogar com a Mesa. Simpatizo com V. Ex^a e com a sua oratória, mas V. Ex^a não pode atrapalhar os trabalhos nem dialogar com a Mesa.

Com a palavra o Congressista Ernesto Gradella.

O SR. ERNESTO GRADELLA (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, parece-nos que não cabe a parlamentar algum ficar ofendido quando se levantar

a imagem que o Congresso hoje tem. Essa imagem não é aqui de dentro do Congresso, essa imagem é junto à população. Todos que procurarem conversar na sua cidade com os trabalhadores, com a população em geral, vão sentir que o conceito que tem o Parlamentar, ainda é um dos mais baixos neste País. Podemos dizer isso baseados até em várias pesquisas que mostram que a credibilidade, numa escala de preferências, se dá primeiro com os sindicatos, depois com as igrejas, depois com as várias instituições. A última instituição levantada, a que tem menor credibilidade, é o político, é o Parlamentar.

Não adianta vir aqui e se sentir ofendido por qualquer declaração, porque essa é a realidade existente hoje no País como um todo. E as últimas pesquisas feitas sobre o caso mostram e comprovam isso.

Então, quando o nosso companheiro, Deputado Chico Vigilante, levanta essa questão, deveria provocar o efeito contrário: que este Congresso procurasse mudar essa imagem.

Não adianta esconder. Não adianta aqui dentro a linguagem parlamentar esconder esse descrédito real que existe, porque sabemos que os parlamentares eleitos tiveram milhares de votos mas, ao mesmo tempo, houve neste País milhões e milhões de votos brancos e nulos, que não foram para nenhum de nós. E foi a maioria dos votos.

Essa é a realidade que temos hoje.

Infelizmente, as primeiras medidas tomadas por este Congresso que está aqui renovado vão no mesmo sentido das do Congresso anterior.

Ontem, tivemos aqui a votação da admissibilidade das Medidas Provisórias nºs 294 e 295. Qual foi a posição deste Congresso? No que este Congresso diferiu do Congresso anterior? No que diferiu dos Parlamentares anteriores?

Por larga maioria foi aprovada a admissibilidade das medidas provisórias colocadas em votação.

Estamos vendo que essas medidas provisórias trazem prejuízos muito grandes aos trabalhadores. Ao mesmo tempo, estamos vendo dificuldades de se aparecer qualquer projeto que se contraponha a esse porque, na verdade, até falar em salário mínimo de 25 mil cruzeiros é um absurdo para o Governo e, parece, é um absurdo para este Congresso. E 25 mil cruzeiros não é nem o que deveria valer o salário mínimo pela lei anterior, revogada pelo Plano Collor, pois o seu valor deveria ser de 33 mil cruzeiros, o que também não serviria para o trabalhador, porque o Dieese, em janeiro, disse que o salário mínimo, de acordo com a Constituição votada pelos Congressistas, deveria ser de 84 mil cruzeiros. Não dá realmente para pensar que posições como estas darão alguma credibilidade a este novo Congresso.

Então, são justas, na verdade, as críticas levantadas pelo Companheiro Chico Vigilante, do PT, que realmente fez uma análise muito real da situação hoje e do que deve ser mudado para que este próprio Congresso adquira credibilidade junto à população.

Infelizmente – só para encerrar, Sr. Presidente – não acreditamos nisso, enquanto o Congresso não assumir um programa que interesse à maioria da população.

Há várias propostas e sabemos que elas já foram levantadas outras vezes. Não teríamos aqui tempo suficiente para levantar o não pagamento da dívida externa, a reforma agrária e várias outras medidas do interesse da população. Infelizmente, até agora, o Congresso, tanto o anterior como este atual aqui, não nos parece com vontade de garanti-las. Infelizmente, o trabalhador vai ter que continuar confiando na sua força, confiando nas suas greves, e não no Congresso Nacional.

Durante o discurso do Sr. Ernesto Gradella, o Sr. Alexandre Costa deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao penúltimo orador inscrito, o nobre Congressista Euler Ribeiro. (Pausa)

S. Ex^a não se encontra presente.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Tony Gel.

O SR. TONY GEL (Bloco – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há poucos dias a população brasileira ficou em polvorosa com o anúncio de uma medida do Sr. Presidente do Banco do Brasil, Aberto Policar, de que 1596 agências daquele banco seriam fechadas. A classe política reagiu, o povo se organizou e o Presidente Fernando Collor de Mello, com a sensibilidade que lhe é peculiar, resolveu sustar essa medida que vinha de cima para baixo. E nós, neste momento, temos que reconhecer que o Presidente Fernando Collor de Mello tem buscado sobremaneira tomar atitudes de acordo com os anseios populares.

Não é admissível, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o Banco do Brasil possa ser confundido com os bancos privados; não é admissível que o Banco do Brasil tenha como linha mestra a concorrência direta com os bancos privados. Entendemos que o Banco do Brasil deve ir muito além, cumprindo sua função social. O discurso do Presidente Fernando Collor de Mello e o que ele põe em prática é de fazer com que o Brasil possa encontrar o caminho do desenvolvimento com justiça social. E não seria justo que agências do Banco do Brasil, especialmente no Nordeste, que cumprem um grande papel social, fossem fechadas indiscriminadamente. Louvo neste momento, a atitude do Senhor Presidente Fernando Collor de Mello. Alguns o tacham de fisiologista neste momento. Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas: tomar uma atitude sensata, equilibrada, como o fez o Presidente Fernando Collor de Mello, é ser fisiologista? Será que todos aqui estaríamos de acordo com o fechamento indiscriminado de quase duas mil agências do Banco do Brasil, inclusive em cidades cu-

jas casas foram reconstruídas, outras recém-construídas, onde esse fechamento traria um prejuízo enorme à população brasileira?

Há uma posição agora sensata. Nós, do Partido da Reconstrução Nacional, estamos de acordo com que haja um enxugamento, porém coerente, com critério. Entendemos também que o Banco do Brasil não pode analisar agência por agência no seu resultado final. É possível que no global tenhamos um banco viável, sem a análise individual das agências, porque vivemos num País de alterações climáticas. O Nordeste, por exemplo, onde o Banco do Brasil é agente direto junto ao pequeno produtor, sofre com a estiagem, especialmente, e muitas vezes a quebra de safra, a perda total do plantio deixa em dificuldade os pequenos agricultores. Como cobrar de uma agência resultados, especialmente de uma pequena cidade do Nordeste, quando aquela região precisa de incentivos e precisa de uma ação mais profícua do Banco do Brasil?

Entendemos que a cobrança deva ser regionalizada por superintendência. O Banco do Brasil deve apresentar resultados regionais no conglomerado e nunca exigir, como os agentes financeiros privados exigem, resultados de agência por agência.

Nós do Partido da Reconstrução Nacional, aplaudimos o Presidente neste momento. Aplaudimos também o diretor de Recursos Humanos, o Dr. Celso Cavalcanti, que se posicionou contrário ao fechamento indiscriminado de quase duas mil agências do Banco do Brasil, por ser sensível, por ser um político que está evidentemente ligado aos anseios do povo brasileiro.

Peço a este Congresso que se sensibilize também e que entenda as dificuldades que envolvem este País, neste momento, e que observe a vontade que tem o nosso Presidente de fazer com que tenhamos mais justiça social. É evidente que na sua determinação de fazer com que este País caminhe a passos seguros, haverá um enxugamento do Banco do Brasil, mas não de maneira indiscriminada, sem critérios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Líder Luiz Salomão, que falará por sua bancada, o PDT.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas, já é do conhecimento desta Casa que o PDT se retirou das negociações de que vinha participando, com os outros partidos, junto ao Governo.

Retiramo-nos diante da intransigência da equipe econômica e também da insuficiência da proposta que apresentou em resposta à que havia sido oferecida pelo Congresso e que pode ser resumida em termos da nossa divergência ao nível do salário mínimo.

Para que não haja nenhuma margem de dúvidas ou de más interpretações, gostaríamos de recordar que entramos nessa negociação de peito aberto, com sinceridade. Fomos nós que pedimos ao Líder do Governo, Deputado Humberto Souto, que verificasse junto à equipe econômica se o convite-desafio feito pela Ministra, quando aqui compareceu, junto às comissões mistas, era para valer ou era apenas jogo de cena.

Na medida em que essa intenção do Governo de negociar foi confirmada, o PDT participou de todos os entendimentos, de todas as reuniões havidas no fim de semana para formular uma proposta alternativa e satisfazer a esse desafio que o Governo vinha lançando ao Congresso e, particularmente, às forças oposicionistas.

Entusiasmamo-nos com a possibilidade de, pela primeira vez nos últimos anos, o Congresso formular uma proposta de política econômica alternativa à política de arrocho salarial e de recessão que vem sendo desenvolvida pelo Governo.

Essa proposta que foi gestada inicialmente pelos partidos de oposição contou com o apoio de quase todos os partidos desta Casa, porque na maioria dos partidos há graves insatisfações com o pacote econômico do Governo.

Em nenhum momento o PDT assumiu compromissos com a proposta de 25 mil cruzeiros para o salário mínimo inicial de 50 mil cruzeiros para a cesta básica, daquela fórmula de reajustes para as faixas, com a bimensalidade e com o gatilho de 10%. Nunca, em nenhum momento, assumimos compromissos frouxos, compromissos que não fossem para valer.

Tivemos oportunidade de deixar bastante claro para os demais partidos que a nossa consideração do valor de 25 mil cruzeiros era como um piso para o salário mínimo e não como um valor sujeito a oscilações para a negociação.

Na reunião havida, ontem, com a equipe econômica tivemos oportunidade de recolher a contraproposta do Governo e ficamos decepcionados com o nível ínfimo de 17 mil cruzeiros para o salário mínimo, com reajustes praticamente inexistentes para as demais faixas de salários, com o desprezo e a condenação dos aposentados e pensionistas de irem para a miséria mais rapidamente do que vinham, na medida em que esses reajustes seriam sob a forma de abono e não de incorporação ao valor do salário mínimo. Não podemos fazer outra avaliação da proposta do Governo, senão a que aponta para sua rejeição. Antes de tomarmos qualquer atitude, no entanto, reunimo-nos, pela manhã, com as lideranças dos demais partidos e deixamos bastante claro que o PDT estava intransigente na questão dos 25 mil cruzeiros como nível inicial do salário mínimo, porque é esta referência que permitiria revolucionar a política econômica do governo, que obrigaria o governo a ter uma política agrícola decente, priorizar a produção de alimentos, a priori-

zar a produção de consumo popular de bens. Os demais partidos acolheram nossa posição, reafirmaram que também estavam dispostos a aceitar os 25 mil cruzeiros, que se dispunham a negociar inclusive esse nível. Na reunião com a equipe econômica, com o Presidente do Banco Central e o Chefe da Assessoria Econômica do Governo, em que eles tiveram a oportunidade de confirmar que não aceitavam, em nenhuma hipótese, os 25 mil, o PDT comunicou oficialmente que se desligava do processo de negociações, porque tem este compromisso com a classe trabalhadora e o compromisso de mudança do eixo da política econômica.

Nós, em nenhum momento, questionamos os demais partidos que pretendam continuar negociando com o Governo, mas não estamos dispostos a participar de uma negociação que até o presente momento aponta na direção do arrocho, da manunção da recessão, do enfraquecimento da economia brasileira, enfim, do cumprimento à risca da mesma política liberal, da mesma política recessiva que vem sendo desenvolvida nos últimos 11 meses.

Estamos convencidos de que isso significará não apenas o fracasso do Plano Collor I, mas, também, o fracasso do Plano Collor II.

Por isso, o PDT retirou-se das negociações sem fechar a porta, porque, sem nenhuma dúvida – caso o Governo reveja sua posição e queira fazer uma política econômica que aponte para um projeto nacional de desenvolvimento, com um nível de salários decentes, recuperando a massa salarial e salvando a Previdência Social do colapso financeiro –, o PDT não hesitará em rever a sua posição e voltar à mesa de negociação porque o seu compromisso é com os interesses da classe trabalhadora.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra à nobre Congressista Jandira Feghali, que falará pelo PC do B.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PC do B – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Congressistas:

Ocupo o espaço da Liderança, porque podemos perceber que a partir de toda uma discussão política desenvolvida dentro desta Casa – desenvolvida nas bancadas dos vários partidos e, também pela visualização mais concreta do que realmente pretendia o Governo Collor com esse falso acordo, com essa proposta de salvação nacional – nós vemos que já há uma grande modificação nos posicionamentos e na forma como o Congresso hoje pode encerrar a realidade da tramitação das medidas provisórias.

Lamento profundamente que ontem essas medidas tenham sido admitidas por este Congresso, porque mais uma vez permitimos o desrespeito, a agressão, o atropelamento do papel legislador desta Casa.

Neste momento, gostaria, a partir de toda uma avaliação, de saudar o PDT pela po-

sição assumida diante dos entendimentos que vinham ocorrendo com o Governo Collor, posição essa que fortalece toda uma preocupação, não só da independência do Congresso Nacional, mas, também, a nossa possibilidade de garantir aqui uma oposição nítida das forças políticas que realmente se confrontam com a linha político-ideológica do Governo Federal. Essa atitude permite, também, que possamos reavivar e retomar o fórum que já existia, com as oposições nesta Casa – e é importante que se diga que oposição faz parte do jogo democrático, não é apenas uma questão de marcação de posições, não é nenhuma posição contra as negociações políticas, não é contra a apresentação de propostas concretas, não é contra a discussão de qualquer projeto que aqui chegue – e muito menos o PC do B se omitiria de fazer as suas emendas para tentar resgatar conquistas importantes da sociedade. A questão não passa apenas por simples marcações de posições.

Agora, temos que entender que propostas concretas se elaboram e se negociam dentro de uma realidade política, e a realidade política que se vinha desenvolvendo não possibilitava nenhuma saída que facilitasse à sociedade brasileira, e sim que facilitasse ao Governo Collor continuar na sua política contra o Brasil, porque o Governo Collor não é brasileiro, o Governo Collor não representa os interesses nacionais, o Governo Collor não representa a sociedade brasileira. Este Governo, apesar de ter sido eleito – e sabemos como – não representa os interesses da grande maioria dos nossos cidadãos.

O segundo registro que gostaria de aqui deixar no comunicado da Liderança do PC do B é sobre um grande ato que haverá hoje, aqui em Brasília, em defesa da Petrobrás. Imagino que, os vários partidos tenham recebido o convite de participação nesse ato, que mais uma vez, tenta alertar a sociedade brasileira e também a esta Casa quanto à importância da defesa do monopólio estatal do petróleo, a importância das nossas estatais estratégicas e a importância de não permitirmos, não só a burla à Constituição mas, também, a perda para o capital internacional de uma empresa lucrativa, patrimônio do povo brasileiro. Desde o movimento "o Petróleo é nosso", do qual o PC do B também participou na década de cinquenta, junto a várias correntes políticas hoje representadas aqui no Congresso Nacional, nós defendemos programaticamente o monopólio da Petrobrás. O monopólio desta empresa é um monopólio da União, materializado nessa empresa estatal.

Portanto, o registro e o compromisso permanente com os funcionários e com a Petrobrás, enquanto patrimônio nosso, que deve ser defendido por este Congresso.

Por último, Sr. Presidente, deixo um terceiro registro, uma informação. Hoje tivemos a satisfação de verificar na atitude de um Juiz, no Rio de Janeiro, o Juiz Jorlando Secco, da 10ª Vara da Fazenda Pública, um

comportamento que honrou o Poder Judiciário e salvaguardou nossa Constituição.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, vinha desenvolvendo uma publicidade pela televisão, gastando fortunas, dilapidando o Tesouro público do estado e da sociedade fluminense, com um conteúdo não só inconstitucional mas também agressivo, pelo conteúdo falso das informações, porque divulgava nitidamente o nome do Governador Moreira Franco, o que fere o art. 37, § 1º, da Constituição Federal, elaborada por muitos dos congressistas aqui presentes.

E hoje ganhamos na Justiça uma ação popular contra essa publicidade. Não só a propaganda terá que ser suspensa como também os cofres públicos deverão ser indenizados do dinheiro gasto com essa propaganda inconstitucional.

Esse o registro que gostaria de deixar, além de informar o trabalho do PC do B na defesa da Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Eduardo Jorge, que falará pela sua bancada, o PT.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Liderança do Partido dos Trabalhadores neste Congresso Nacional, assim como no anterior, em conjunto com os outros partidos de esquerda e de oposição, sempre participou do esforço de, levando em conta a conjuntura e a correlação de forças do Congresso Nacional e da sociedade, procurar arrancar, para a classe trabalhadora, vitórias. Esse é o processo normal do qual sempre participamos. Participar dos debates neste plenário avaliando as propostas do Executivo e dos partidos da situação não quer dizer abdicar de ser oposição ou estar dando qualquer trégua a este Governo, para o qual nós não concedemos trégua alguma. Mas não podemos, também, dar trégua a nossa luta incessante para termos vitórias, mesmo que pequenas, a favor da classe trabalhadora e que alivie o tremendo arrocho salarial, a fome e a miséria à qual está submetida.

Nesse sentido e com esse espírito, o Partido dos Trabalhadores tem participado, sim, de discussões em relação às Medidas Provisórias nºs 294 e 295, o PT apresentou propostas em conjunto com outros partidos de esquerda e de oposição, participou e vai participar de todos os debates, em relação a essas e outras medidas, procurando alcançar vitórias em defesa do nosso povo.

Mas é preciso ficar claro que durante todo esse processo, quando o nosso partido e outros partidos apresentaram uma série de sugestões, principalmente em relação à nova política salarial, o Partido dos Trabalhadores sempre colocou parâmetros claros e precisos para essa negociação. E poderia, aqui, resumir esses parâmetros em quatro pontos principais:

O primeiro deles, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é que o Partido dos Trabalhadores defende historicamente o salário mínimo do Dieese. Qual é o salário mínimo do Dieese, calculado no último mês? É de 84 mil cruzeiros. Nessa negociação nós entramos com a proposta de 33 mil cruzeiros, já numa tentativa de conciliação, para se chegar a uma proposta de avanço real. Elaboramos essa emenda e, se necessário, vamos trazê-la a plenário. Depois, durante negociações em conjunto com outros partidos de oposição e de esquerda, chegamos ao limite de 25 mil cruzeiros. Esse é o patamar, a partir do qual não negociamos com qualquer partido nem com o Executivo. Pelo menos 25 mil cruzeiros para o salário mínimo.

Em segundo lugar, o outro parâmetro, o outro limite da negociação é ter nessa política salarial dispositivos que garantam o emprego, mecanismos de proteção ao emprego, que evitem que essa onda de desemprego se aprofunde ainda mais, vitimando a classe trabalhadora.

O terceiro parâmetro, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que não abrimos mão de que as categorias, os sindicatos e as centrais continuem tendo liberdade para levar à luta sindical, fazer greves, fazer ocupações, fazer o enfrentamento com o capital. Não abrimos mão também de que a Justiça do Trabalho possa continuar julgando livremente. Não vamos aceitar nenhum tipo de proposta ou limite que coloque freio à limitação na Justiça do Trabalho, por um lado, e na luta sindical, na rua, por outro.

Finalmente, o quarto parâmetro que está guiando as nossas negociações durante todo este período é que não aceitamos abandonar os funcionários públicos e os aposentados, como o Executivo, a todo momento, tenta passar e insinuar nas suas negociações.

Para concluir, Sr. Presidente, então, são estes os quatro limites e parâmetros que estão orientando a Bancada do Partido dos Trabalhadores. E com esses limites, com esses parâmetros, não vamos deixar de lutar, negociar e vir aqui a plenário para arrancar vitórias necessárias a minorar o sofrimento da classe trabalhadora brasileira neste momento.

Mas o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência lembra aos Srs. Congressistas que outras matérias relacionadas ao veto presidencial estão incluídas na Ordem do Dia, de hoje, por uma imposição constitucional, e cabe à Mesa cumpri-la na direção dos trabalhos do Congresso Nacional.

A Presidência pede aos Srs. Deputados que tomem assento nas suas respectivas bancadas, já que a votação se processará pela via eletrônica, com o painel sendo utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 1990, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e dá outras providências.

PARTE VETADA: – Art. 4º do projeto.

A discussão da matéria foi encerrada na Sessão Conjunta realizada no dia 17 de outubro de 1990, às 18 horas e 30 minutos, ficando sua votação adiada por falta de quorum.

A Presidência esclarece que, de acordo com o disposto no § 4º do art. 66 da Constituição, a votação far-se-á em escrutínio secreto.

Nos termos do art. 43, § 2º, *in fine*, do Regimento Comum, a votação será iniciada pela Câmara.

Lembro ao Plenário que a votação refere-se ao veto presidencial e não à parte vetada.

Os Srs. parlamentares que votar em "sim" estarão aprovando o veto, rejeitando, portanto, a parte vetada.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Exª

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PDS esclarece a sua Bancada que é favorável ao veto, porque diz respeito a subsídio de interesse de estados do norte do País. Por isso, a Liderança esclarece que é favorável ao veto e votará "sim".

O Sr. Jutahy Júnior – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Exª

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB votará contra o veto, explicando que, na época da votação, nenhuma Liderança do Governo se pronunciou contra a matéria. Foi uma votação unânime. E nós não podemos permitir que o Congresso continue legislando através da rejeição ou aprovação de medidas provisórias, vinculando, sempre, o resultado final a vetos apostos pelo Poder Executivo. Nós, naquela ocasião, votamos a favor da matéria porque constava do programa do PSDB e estava de acordo com a unanimidade de todas as lideranças.

Somos, portanto, pela rejeição do veto. Votaremos "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Conhecida, portanto, a manifestação do PSDB, através do Líder Jutahy Júnior.

O Sr. Aloisio Vasconcelos – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Exª

O SR. ALOISIO VASCONCELOS (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PMDB, coerente com a decisão anterior, orienta a sua bancada pelo voto "não". Portanto, contrário ao veto do Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Pela manifestação do nobre Líder Aloisio Vasconcelos, o PMDB vota "não".

O Sr. Gastone Righi – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Exª

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem.) – A Liderança do PTB orienta sua bancada para que vote "não" ao veto, porque a disposição interessa aos estados do Norte e Nordeste mais carentes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A manifestação do PTB é conhecida através do Líder Gastone Righi.

O Sr. Eduardo Jorge – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores votará contra o veto, recomendando a sua Bancada vote "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Conhecida, portanto, a manifestação do PT, através do Líder Eduardo Jorge.

O Sr. Edson Silva – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Congressista.

O SR. EDSON SILVA – Sr. Presidente, em nome da Liderança do PDT, a orientação à Bancada é para votar "não" ao veto presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A manifestação do PDT é expressada através do Líder Edson Silva.

O Sr. Haroldo Lima – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. HAROLD LIMA (PC do B – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PC do B votará "não" e recomenda o voto contrário a todos os Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Conhecida a manifestação do PC do B.

O Sr. Basílio Villani – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. BASÍLIO VILLANI (Bloco – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança do Bloco, o PRN, PFL e demais Partidos que compõem o Bloco, recomendamos a manutenção do veto com o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Conhecida, portanto, a manifestação do Bloco através do Líder Basílio Villani.

O Sr. José Carlos Sabóia – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSDB – MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota "não" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Conhecida, portanto, a manifestação do Partido Socialista Brasileiro, através do nobre Deputado José Carlos Sabóia.

Srs. Deputados, queiram tomar assento em seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

Srs. Deputados, queiram selecionar os seus votos.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel, e a chave sob a bancada, até que as luzes do oposto se apaguem. (Pausa)

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos que estão diante da Mesa.

A Presidência observa, embora diante dos postos avulsos estejam Parlamentares que já têm vivência dessa sistemática de votação, que os Srs. Congressistas não estão aguardando que as luzes se apaguem no respectivo posto.

A Presidência recebe um apelo para repetir a votação.

Todos devem tomar assento em seus lugares, para que o exercício do voto ocorra com a maior tranquilidade.

O Sr. Gastone Righi – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Exª

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela oportunidade de repetição do voto, a Liderança do PTB deseja corrigir a sua orientação à bancada, pedindo que vote "sim" porque a proteção em áreas do Norte e Nordeste de determinadas indústrias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Reformulada, portanto, a posição do PTB, pela manifestação do Líder Gastone Righi.

A Presidência faz um apelo para que todos os parlamentares tomem assento nas respectivas bancadas para que se processe a votação com absoluta normalidade.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Com a palavra o nobre Congressista.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – (PDC – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a liderança recomenda à bancada o voto "sim", pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O PDC, pelo Líder Siqueira Campos, manifesta "sim" ao veto.

O Sr. Humberto Souto – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo entende que o Presidente da República após um veto, por diversas razões, inclusive, legais e constitucionais. Por isso, pede aos seus companheiros votem "sim."

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Registrada, portanto, a manifestação do Líder do governo, Deputado Humberto Souto.

O Sr. Ubiratan Aguiar – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Com a palavra o nobre Congressista.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PMDB volta a afirmar sua posição do voto contrário. Por isso, o PMDB, através da sua liderança, recomenda o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O PMDB, pela manifestação do Líder Ubiratan Aguiar, manifesta-se pelo voto "não", ao veto presidencial.

O Sr. Jutahy Júnior – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ratificando a nossa posição, o PSDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O PSDB reitera a sua posição, através do líder Jutahy Júnior.

A Presidência solicita, portanto, aos Srs. Congressistas, que tomem assento nas respectivas bancadas.

Os Srs. Congressistas que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação. (Pausa.)

Os Srs. Congressistas queiram selecionar os seus votos. (Pausa.)

Os Srs. Congressistas que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada até que as luzes do posto se apaguem.

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida
Avenir Rosa
Francisco Rodrigues
Julio Cabral
Tereza Jucá

Amapá

Aroldo Goes
Eraldo Trindade
Fatima Pelaes
Gilvam Borges
Lourival Freitas
Murilo Pinheiro
Sergio Barcellos
Valdenor Guedes

Pará

Alacid Nunes
Carlos Kayath
Domingos Juvenil
Giovanni Queiroz
Hilário Coimbra
José Diogo
Manoel Ribeiro
Mario Chermont
Nicias Ribeiro
Paulo Rocha
Paulo Titan
Socorro Gomes
Valdir Ganzer

Amazonas

Eduardo Braga
Euler Ribeiro
José Dutra
Pauderney Avelino
Ricardo Moraes

Rondônia

Jabes Rabelo

Acre

Adelaide Neri
Auricélia de Assis
Francisco Diogenes
João Maia
João Tota
Ronivon Santiago
Zilá Bezerra

Tocantins

Edmundo Galdino
Eduardo Siqueira Campos
Leomar Quintanilha
Merval Pimenta

Osvaldo Reis
Paulo Mourão

Maranhão

Cesar Bandeira
Costa Ferreira
Daniel Silva
Haroldo Saboia
João Rodolfo
José Burnett
José Carlos Sabóia
José Reinaldo
Nan Souza
Paulo Marinho
Ricardo Murad
Roseana Sarney
Sarney Filho

Ceará

Antônio dos Santos
Ariosto Holanda
Carlos Benvides
Carlos Virgílio
Edson Silva
Ernani Viana
Etevaldo Nogueira
Luiz Girão
Marco Penaforte
Maria Luiza Fontenele
Mauro Sampaio
Moroni Torgan
Pinheiro Landim
Sérgio Machado
Ubiratan Aguiar
Vicente Fialho

Piauí

Átila Lira
Benedito Carvalho Sá
Ciro Nogueira
Jesus Tajra
João Henrique
José Luiz Maia
Murilo Rezende
Mussa Demes
Paulo Silva

Rio Grande do Norte

Alufio Alves
Fernando Freire
Flávio Rocha
Henrique Eduardo Alves
Iberê Ferreira
João Faustino
Laire Rosado

Paraná

Adauto Pereira
Efrain Moraes
Ivan Burity
Ivandro Cunha Lima
José Luiz Clerot
José Maranhão
Lúcia Braga
Moreira Lustosa
Rivaldo Medeiros

Pernambuco

Alvaro Ribeiro
Fernando Bezerra Coelho
Inocêncio Oliveira
José Carlos Vasconcellos
José Mendonça Bezerra
José Múcio Monteiro
Luiz Piauhyllino
Maurílio Ferreira Lima
Mavíael Cavalcanti
Miguel Arraes
Pedro Corrêa
Renildo Calheiros
Ricardo Fiuza
Roberto Franca
Roberto Freire
Roberto Magalhães
Sérgio Guerra
Tony Gel
Wilson Campos

Alagoas

José Thomaz Nonô
Mendonça Neto
Olavo Calheiros

Sergipe

Benedito de Figueiredo
Cleonânicio Fonseca
Djenal Gonçalves
Everaldo de Oliveira
Jerônimo Reis
José Teles
Messias Góis
Pedro Valadares

Bahia

Alcides Modesto
Aroldo Cedraz
Benito Gama
Beraldo Boaventura
Clóvis Assis
Eraldo Tinoco
Félix Mendonça
Geddel Vieira Lima
Haroldo Lima
Jabes Ribeiro
Jaques Wagner
João Almeida
João Alves
João Carlos Bacelar
Jorge Khoury
José Carlos Aleluia
José Falcão
José Lourenço
Jutahy Júnior
Luis Eduardo
Luiz Moreira
Manoel Castro
Marcos Medrado
Nestor Duarte
Prisco Viana
Ribeiro Tavares
Sebastião Ferreira
Sérgio Gaudenzi
Uldurico Pinto
Waldeck Ornelas
Waldir Pires

Minas Gerais

Aécio Neves
Agostinho Valente
Aloisio Vasconcelos
Aracely de Paula
Armando Costa
Avelino Costa
Bonifácio de Andrada
Célio de Castro
Christóvam Chiaradia
Edmar Moreira
Elias Murad
Felipe Neri
Fernando Diniz
Genésio Bernardino
Getúlio Neiva
Humberto Souto
Ibrahim Abi-Ackel
Irani Barbosa
João Paulo
João Rosa
José Aldo
José Belato
José Rezende
José Santana de Vasconcellos
Lael Yarella
Leopoldo Bessone
Luiz Tadeu Leite
Marcos Lima
Mário Assad
Mário de Oliveira
Maurício Campos
Neif Jabur
Nilmário Miranda
Odelmo Leão
Osmanio Pereira
Paulino Cícero de Vasconcelos
Paulo Delgado
Paulo Heslander
Roberto Brant
Romel Anísio
Sandra Starling
Saulo Coelho
Tilden Santiago
Vittorio Medioli
Wagner do Nascimento
Zaire Rezende

Espírito Santo

Alofzio Santos
Etevalda de Menezes
João Baptista Motta
Jones Santos Neves
Jorio de Barros
Paulo Hartung
Rita Camata
Roberto Valadão
Rose de Freitas

Rio de Janeiro

Alvaro Valle
Arolde de Oliveira
Artur da Távola
Benedita da Silva
Bocayuva Cunha
Carlos Alberto Campista
Carlos Lupi
Carlos Santana
Cidinha Campos

Fábio Raunheitti
Fernando Lopes
Flávio Palmier da Veiga
Jair Bolsonaro
Jandira Feghali
João Mendes
José Egidio
Junot Abi-Ramia
Luiz Salomão
Marcia Cibilis Viana
Miro Teixeira
Paulo Portugal
Roberto Campos
Roberto Jefferson
Rubem Medina
Sandra Cavalcanti
Sérgio Arouca
Sergio Cury
Sidney de Miguel
Simão Sessim
Vivaldo Barbosa
Vladimir Palmeira
Wanda Reis

São Paulo

Alberto Goldman
Aldo Rebelo
Aloizio Mercadante
André Benassi
Antônio □ Carlos Mendes Thame
Arnaldo Faria de Sá
Beto Mansur
Cardoso Alves
Cunha Bueno
Delfim Netto
Diogo Nomura
Edevaldo Alves da Silva
Eduardo Jorge
Ernesto Gradella
Fábio Meirelles
Fausto Rocha
Florestan Fernandes
Gastone Righi
Geraldo Alckmin Filho
Heitor Franco
Hélio Bicudo
Hélio Rosas
Irma Passoni
João Mellão Neto
José Cicote
José Dirceu
José Maria Eymael
José Serra
Jurandyr Paixão
Koyu Iha
Liberato Caboclo
Luiz Gushiken
Magalhães Teixeira
Manoel Moreira
Marcelino Romano Machado
Marcelo Barbieri
Maurici Mariano
Mendes Botelho
Nelson Marquzezelli
Oswaldo Stecca
Ricardo Izar
Robson Tuma
Sólon Borges dos Reis
Tadashi Kuriki

Tuga Angerami
Ulysses Guimarães
Vadão Gomes

aldemar Costa

Mato Grosso

Augustinho Freitas
João Teixeira
Jonas Pinheiro
José Augusto Curvo
Oscar Travassos
Rodrigues Palma
Wellington Fagundes
Wilmar Peres

Distrito Federal

Augusto Carvalho
Benedito Domingos
Francisco Domingos dos Santos
Maria Laura
Osório Adriano
Paulo Octávio

Goiás

Délio Braz
Haley Margon
João Natal
Lázaro Barbosa
Maria Valadão
Mauro Borges
Mauro Miranda
Paulo Mandarino
Pedro Abrão
Ronaldo Caiado
Virmondes Cruvinel

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo
Flávio Derzi
George Takimoto
Marilyn Guimarães
Nelson Trad
Valter Pereira
Waldir Guerra

Paraná

Antônio Bárbara
Antonio Ueno
Basílio Villani
Carlos Roberto Massa
Delcino Tavares
Edésio Passos
Edi Siliprandi
Elio Dalla-Vecchia
Flávio Arns
Homero Oguido
Ivanio Guerra
Luciano Pizzatto
Luiz Carlos Hauy
Matheus Iensen
Munhoz da Rocha
Onaires Moura
Paulo Bernardo
Pedro Tonelli
Pinga Fogo de Oliveira
Reinhold Stephanes
Rubens Bueno
Werner Wanderer
Wilson Moreira

Santa Catarina

Angela Amin
Cesar Souza
Dejandir Dalpasquale
Dercio Knop
Eduardo Moreira
Hugo Biehl
Jarvis Gaidzinski
Luci Choinadki
Nelson Morro
Neuto de Conto
Paulo Bauer
Paulo Duarte
Ruberval Pilotto
Vasco Furlan

Rio Grande do Sul

Adão Pretto
Adylson Motta
Amaury Müller
Antonio Britto
Arno Magarinos
Carlos Azambuja
Carlos Cardinal
Carrion Junior
Celso Bernardi
Eden Pedrosa
Fernando Carrion
Fetter Junior
Germano Rigotto
Ivo Mainardi
João de Deus Antunes
José Fortunati
Nelson Jobim
Nelson Proença
Odacir Klein
Oswaldo Bender
Paulo Paim
Raul Pont
Telmo Kirst
Valdomiro Lima
Victor Faccioni
Wilson Müller.

O Sr. José Carlos Coutinho – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Com a palavra o nobre Congressista.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PDT – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desde ontem, está havendo um problema com o nosso código. Às vezes, o nome aparece no painel, outras não. Gostaria de deixar registrado o meu voto, "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Fica, portanto, registrada a manifestação do nobre Congressista José Carlos Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência pede aos Srs. Parlamentares que não exercitaram o direito de voto que procurem fazê-lo nos postos avulsos. (Pausa.)

A Mesa vai encerrar a votação.
Indago se algum deputado deixou de exercer o direito de voto. (Pausa.)
Encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Votaram SIM 169 Srs. Congressistas; e NÃO 216.

Houve cinco abstenções.

Total: 390 votos.

Mantido o veto presidencial.

Já que não se alcançou o número indispensável à rejeição, que seria de 252, fica mantido o veto presidencial.

A votação, portanto, não ocorrerá no Senado, em razão de o veto haver sido mantido pela manifestação da Câmara dos Deputados.

O Sr. Tidei de Lima – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência determinará o registro da presença do nobre Congressista Tidei de Lima.

O Sr. Nilton Oliveira – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. NILTON OLIVEIRA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também gostaria de registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Está registrada, portanto, a presença de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Item 2:

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que institui nova sistemática para reajustes de preços e salários em geral e dá outras providências.

Partes vetadas: § 1º do art. 3º; art. 6º e seu parágrafo único; arts. 11, 12 e 13.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada no dia 30 de outubro de 1990, às 18 horas e 30 minutos, ficando sua votação adiada por falta de quorum.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Liderança do PDS esclarece a sua bancada que votará "sim", porque o veto diz respeito à maté-

ria salarial e como nós todos sabemos, o veto está sendo objeto de novos estudos para novas deliberações deste Plenário.

De modo que a bancada do PDS votará "sim", para prestigiar as reuniões dos líderes em busca de uma nova fórmula.

O Sr. Eduardo Jorge – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência, ciente da manifestação do nobre líder do PDS, antes de conceder a palavra ao nobre Líder Eduardo Jorge, anuncia que há sobre a mesa requerimento cuja leitura vai ser procedida pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 70, DE 1991-CN

Sr. Presidente,

Requeiro nos termos do Parecer SN/90 da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara, destaque para votação em separado do § 1º do art. 3º, do PLV nº 28/90 que "Institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral".

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1991.
– Haroldo Lima, Líder do PC do B – Carlos Santana, PT – RJ.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Pela leitura feita pelo Sr. 1º Secretário, a Casa fica inteirada do requerimento, que se fundamenta no parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. É o destaque para a votação em separado do § 1º do art. 3º, que institui nova sistemática para reajuste de preços e salários em geral.

Vai ser procedida a votação do requerimento, que não tem encaminhamento de votação.

O Sr. Eduardo Jorge – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para orientar minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – V. Exª pode, então, definir a linha de conduta à sua bancada.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos diante de uma votação da maior importância.

O Sr. Ricardo Fíúza – Sr. Presidente, S. Exª está encaminhando a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A presidência lembra ao nobre Líder Eduardo Jorge que, tendo em vista o que preceitua o Regimento Comum, S. Exª apenas poderá orientar a sua Bancada indicando se ela deverá votar "sim" ou "não" à proposição.

O SR. EDUARDO JORGE – Sr. Presidente, vou orientar a minha Bancada que vote "não", porque esse artigo é de maior importância, inclusive era preciso que fosse lido, porque é ele que garante os reajustes salariais aos trabalhadores. Foi votado aqui no Congresso e foi vetado pelo Presidente.

Estamos, então, decidindo agora sobre o § 1º do art. 3º, que garante reajuste pleno à classe trabalhadora. Não é uma votação menor, é uma votação da maior importância. Por isso, o Partido dos Trabalhadores apela a todos os Parlamentares para que votem "não", derrubando o veto do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Nobre Líder Ricardo Fíúza, V. Exª deseja orientar a sua Bancada?

O Sr. Ricardo Fíúza – Sobre o requerimento!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – E sobre o pedido de destaque?

O Sr. Ricardo Fíúza – Não.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A manifestação do nobre Líder Ricardo Fíúza é "não" ao requerimento.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PDS vota "não" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Bancada do PDS também se manifesta contra o pedido de destaque.

O Sr. Haroldo Lima – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esse requerimento pretende, tão-somente, fazer a votação em separado de um artigo da maior importância para a questão salarial brasileira. Quem quiser votar "sim" ou "não", que vote em separado e não em bloco.

Estaríamos colocando numa votação em bloco, questões de menor importância, ao lado da questão decisiva, que é a questão das perdas salariais dos trabalhadores brasileiros.

Por isso, propusemos apenas que se vote em separado essa questão. Seria apenas uma votação a mais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Genebaldo Correia – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Líder Genebaldo Correia para orientar a sua Bancada.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria lembrar à Mesa que, a rigor, regimentalmente não é permitida votação de votos em bloco. Houve um entendimento entre as lideranças políticas que se admitiria a votação em bloco, e a Mesa tem feito isso com

frequência. Portanto, já há praticamente uma praxe deste procedimento nesta Casa. Agora, toda vez que houver um requerimento de destaque, esse será aceito independentemente de votação. Esse foi o entendimento que norteou este procedimento aqui nesta Casa. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Nobre Líder Genebaldo Correia, a Mesa sente-se no dever de buscar na letra regimental a justificativa para a decisão agora adotada, lamentando que o Congresso Nacional não tenha ainda adotado, para questões de ordem, naquilo que diz respeito a interpretação da letra do Regimento, aquilo que em linguagem forense se chamaria direito sumular.

Poderíamos ter preparado as súmulas das nossas decisões e ninguém se arriscaria a contrariar, embora pudesse fazê-lo. Decisões adotadas pelas Mesas passadas especialmente pela última que foi exemplarmente presidida pelo nobre Senador Nelson Carneiro.

A Presidência diria a V. Exª e à Casa que no art. 50, lê-se in verbis:

"Os requerimentos de preferência de destaque, que deverão ser apresentados até a votação da matéria, só poderão ser formulados por líder, não serão discutidos e não terão encaminhadas sua votação."

O Sr. Liberato Caboclo – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Exª

O SR. LIBERATO CABOCLO (PDT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PDT vai votar "não" consoante manifestação da liderança, feita esta tarde, do Deputado Luiz Salomão que considera a questão em pauta da maior importância e para a qual já temos medidas alternativas.

O PDT vai votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Conhecida, portanto, a manifestação do PDT em torno da matéria.

O Sr. Jutahy Júnior – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queremos colaborar e esclarecer a posição do PSDB em consonância com a atitude que foi adotada de forma muito correta pelo Líder do PMDB, Deputado Genebaldo Correia.

Há um acordo e uma praxe nesta Casa: quando se faz o pedido de destaque por um partido, esse pedido automaticamente é aceito, não há necessidade de se colocar em votação.

Desejamos que se aplique a norma que foi combinada ao longo de todo o período parlamentar.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (BLOCO – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não temos nenhuma oposição à colocação do requerimento. Apenas só queria fazer uma retificação. A votação em bloco não é razão de um acordo de liderança, é uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

Era esse o registro que queria fazer.

O Sr. Genebaldo Correia – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a intervenção do nobre Líder do PRN, só faz reforçar a colocação que eu fiz aqui. O procedimento da Mesa tem sido esse: quando há votação em bloco, aceita-se o requerimento de destaque independente de votação porque a rigor não seria possível, na letra fria do Regimento, votar os vetos em bloco.

O Sr. Humberto Souto – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Líder Humberto Souto.

O SR. HUMBERTO SOUTO (BLOCO – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parece-me que, regimentalmente, no que pese o respeito que temos pelo Líder Genebaldo Correia, não procede a sua argumentação. O requerimento terá que ser votado. O que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação decidiu não foi que a votação não seria destacada. Portanto, não há fundamento regimental na argumentação do Deputado Genebaldo Correia.

O Sr. Haroldo Lima – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Líder Haroldo Lima.

O SR. HAROLD LIMA (PC do B – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pondero no sentido de que a praxe da Casa tem força regimental. Na verdade, não tínhamos o costume, nesta Casa, de votar vetos em blocos, inclusive porque isso é um contra-senso. Há vetos importantes e há vetos de menor importância; há vetos que quero votar a favor e há vetos que quero votar contra.

Então, não há nenhum sentido, nenhuma argumentação sólida em que se votem vetos em bloco, salvo mediante acordo total de todos. Se todos querem votar em bloco por julgar que aquilo não é contraditório, tudo bem.

A praxe regimental que temos seguido nesta Casa é a de que votaremos vetos em bloco sempre que os líderes, falando pelos seus partidos, estiverem de acordo. Quanto mais diversos líderes estiverem em desacordo, automaticamente o pedido de votação em separado daquele veto em especial estará reconhecido pela Mesa.

Solicito a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que satisfaça, que corresponda a essa nossa expectativa, porque queremos votar alguns vetos de uma forma e outros vetos de outra forma.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (BLOCO – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, sem entrar no mérito da questão, os vetos podem ou não ser votados em separado ou globalmente.

Mas, se há um requerimento, esse tem que ser colocado a votos. Regimentalmente é indiscutível.

O Sr. Genebaldo Correia – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex.^a

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, longe de mim pretender estabelecer diálogo com a Mesa ou estar contraditando as questões de ordem levantadas pela Liderança do Governo.

O procedimento da Mesa, sempre, nesta Casa, foi votar dispositivo por dispositivo. Isso implicou atraso nas votações, que teriam que ser repetidas. Então, por economia do processo de votação, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação admitiu a votação em bloco, que traz prejuízo. Às vezes, o deputado quer rejeitar o veto relativo a um dispositivo, mas quer aprovar um relativo a outro e a votação em bloco não permite.

Diante disso, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação interpretou que era possível a votação em bloco, desde que se permitisse o requerimento de destaque, que seria aceito independente de votação.

O Sr. Humberto Souto – Sr. Presidente, peço a palavra para contestar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Genebaldo Correia conduziu-se com perfeição no seu raciocínio até determinado ponto. Realmen-

te, o Presidente da República após um veto. Então, o que V. Ex.^a está submetendo à votação, é o veto do Presidente da República a essa matéria.

Houve, entretanto, um recurso no plenário sobre isso. O Presidente mandou para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que decidiu que o procedimento correto seria esse e que, entretanto, poder-se-ia conceder destaque. A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação não disse que seria destaque sem votação.

Consequentemente, V. Ex.^a está absolutamente correto. Está colocando o veto em votação e colocando o requerimento de destaque para se votar, separadamente, o § 1º, do art. 3º V. Ex.^a, Sr. Presidente, está absolutamente correto, não só na decisão, como na decisão que tomou a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho – Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a que concedesse a palavra à liderança do PMDB no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Cid Sabóia de Carvalho, Líder do nosso Partido no Senado Federal.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito embora o assunto esteja sob o império da Câmara já que a votação se faz na Câmara, claro que as conseqüências chegarão ao Senado Federal na hipótese de o veto ser derrubado na Câmara Baixa e ter que ser remetido à Câmara Alta.

Quero requerer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que também ouça a posição das Lideranças do Senado Federal sobre essa questão, porque o Senado é parte e a ele poderá chegar exatamente à mesma questão e ao mesmo problema. O que se decidir na Câmara tocará ao Senado. Não considero justo que se delibere na Câmara se se destaca ou não, se o pedido é acolhido automaticamente ou não, se a votação em bloco é admissível ou não, sem que se ouça o Senado, quando por conseqüência, chegará ao Senado exatamente a mesma matéria. Se ela for destacada, chegará destacada ao Senado; se for em bloco, chegará em bloco ao Senado.

O PMDB quer o direito de manifestação!

O Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Líder Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Constituição fala em dois tipos de vetos: veto total e veto parcial. A Constituição Federal não fala em vários vetos sobre um projeto; ela fala em veto parcial sobre um projeto ou veto total sobre um projeto.

É razoável que, através de um requerimento, uma Liderança dentro desta Casa

queira pinçar, queira retirar um dispositivo para ser objeto especial da apreciação do Plenário. Mas a regra geral, Sr. Presidente, há de ser, ou o veto total apostado pelo Presidente, ou o veto parcial.

De modo que V. Ex^a, Sr. Presidente, está certo quando colocou à apreciação do Plenário o veto parcial, era o veto parcial que engloba vários dispositivos. E quando a Liderança do Partido pede, através de requerimento, que há de ser aprovado por esta Casa, que se focalize apenas um dispositivo, também está agindo corretamente, regimentalmente de acordo com a interpretação da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É preciso ficar claro, Sr. Presidente, que veto ou é parcial, ou é total. E o que é colocado à apreciação do Plenário do Congresso Nacional é o veto.

O Sr. Eduardo Jorge – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, peço a paciência de V. Ex^a e de todos os Congressistas para que atentem sobre o que estamos votando.

No caso desse item 2 da nossa pauta, estão vetados cinco artigos ou incisos. Vejamos qual é o conteúdo desses incisos. Vejamos qual é o conteúdo desses incisos e artigos que vamos apreciar.

O primeiro deles trata do reajuste pleno e trimestral.

O segundo deles, que é o art. 6º, vai tratar da possibilidade de uma linha especial de crédito às empresas que deram estabilidade de seus trabalhadores.

O terceiro veto vai tratar de uma questão do efeito suspensivo.

O quarto vai tratar da possibilidade de os sindicatos poderem atuar com os substitutivos processuais.

E o quinto veto obriga o Governo Collor de Mello a mandar para a Câmara um projeto de lei que restabeleça as perdas da classe trabalhadora no seu programa de estabilização.

Ou seja, são cinco artigos, cinco dispositivos, todos eles da maior importância, da maior profundidade de conteúdo, mas cada um deles com o direito de ser analisado de *per si*, porque o partido pode votar pela derubada de todos eles de outros partidos podem variar a sua posição.

Então, pela lógica de votação, Sr. Presidente, não se pode votar automaticamente em bloco. O nosso requerimento apenas vai garantir que os partidos possam se posicionar firme e claramente sobre cada um desses. E a praxe tem sido de acatar esses requerimentos automaticamente.

É por isso que solicito ao Presidente e aos Congressistas a atenção sobre a importância de, acatado automaticamente esse requerimento, se votar ponto a ponto o que está destacado.

Esta é uma das votações mais importantes que vamos ter neste início de legislatura.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. ARNALDO FARIAS DE SÁ (Bloco – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para sugerir à Mesa a entrega do Parecer nº 14/90, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que opina a respeito da sugestão feita pelo Deputado Gerson Peres, na sessão do Congresso Nacional de 23 de maio do ano passado, sobre a votação de vetos, pela possibilidade regimental de votação global dos vetos presidenciais ao mesmo projeto, facultado o pedido de destaque com o apoio previsto no Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência esclarece à Casa – depois de ter permitido, pela importância da matéria, que praticamente todas as lideranças se manifestassem em torno do assunto – que fez chegar à Mesa a íntegra do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da lavra do nobre Deputado Nelson Jobim, Comissão então presidida pelo Deputado Theodoro Mendes. Esta decisão ocorreu no dia 27 de junho de 1990.

Diz o parecer, à página 2, último parágrafo:

"Percebe-se que esse artigo cuida de duas hipóteses: veto total e veto parcial, abrangendo apenas dispositivo do projeto, mas silencia quanto à maneira de se proceder à votação quando o Presidente da República vetar mais de um dispositivo do mesmo projeto.

A tradição parlamentar tem consagrado que se efetue isoladamente cada veto. Contudo, dentro de uma interpretação teleológica do Regimento, pode-se perfeitamente realizar a votação global dos vetos apostos a diversos dispositivos de uma proposição.

É decorrência até mesmo do princípio da economia processual. Ainda mais que, caso ocorra qualquer reclamação de deputado ou de senador, pretendendo a votação de item por item, tal será possível de ser atendido, desde que haja o apoio regimentalmente previsto para hipóteses semelhantes, quando da tramitação de outras proposições submetidas ao voto dos parlamentares."

A Presidência volta, exatamente, a chamar a atenção do plenário para o que preceitua o art. 50. Em razão disso decide pela realização, agora, da votação e se propõe a recorrer de ofício de sua própria decisão para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, depois de se processar a votação.

Em votação o requerimento assinado pelos nobres líderes Haroldo Lima, Líder do PC do B e Carlos Santana, do PT.

Vai-se processar a votação.

O SR. EDUARDO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao eminente Líder Eduardo Jorge para orientar a Bancada.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diante da decisão da Mesa, vamos votar, primeiramente, o requerimento. Sendo assim, solicitamos à nossa bancada e aos companheiros aqui do Congresso que votem "sim" ao requerimento, possibilitando a análise de veto a veto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O nobre líder Eduardo Jorge se manifesta pelo requerimento firmado pelo nobre líder Haroldo Lima e Carlos Santana.

O nobre líder Haroldo Lima, obviamente, é favorável ao seu próprio requerimento.

O Sr. Edson Silva – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. EDSON SILVA (PDT – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Liderança do PDT dá total apoio ao requerimento do PT e PSB, para que a votação do veto seja em separado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O PDT vota "sim", ao pedido firmado pelos nobres líderes Haroldo Lima e Carlos Santana.

O Sr. Haroldo Lima – Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a se a votação que está sendo procedida seria uma votação simbólica?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Uma votação simbólica, sim.

O Sr. Haroldo Lima – Muito obrigado.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Não há encaminhamento de votação, apenas define-se se a bancada votará "sim" ou "não".

Deputado Jutahy Júnior, como vota a sua bancada?

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA) – O PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Deputado Bonifácio de Andrada, como vota a sua Bancada?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG) – Sr. Presidente, o PDS vota contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Deputado José Carlos Sabóia, como vota a sua bancada?

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB – MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Deputado Genebaldo Correia, como vota a sua bancada?

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB – BA) – Sr. Presidente, embora eu entenda que era necessário apenas o apoio regimental para o requerimento na interpretação do parecer da Comissão de Justiça, como V. Ex^a está submetendo a voto, eu oriento a minha bancada para votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, como vota a sua bancada?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco – SP) – O PRN vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Deputado Bonifácio de Andrada, como vota a sua bancada?

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG) – Sr. Presidente, o PDS, pelas considerações anteriores, vota contra o requerimento, porque acha que a matéria já está superada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Nobre Líder Ricardo Fiúza, como vota a sua bancada?

O SR. RICARDO FIÚZA (Bloco – PE) – Pelas mesmas razões, Sr. Presidente, já que a matéria está superada, votamos "não".

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar se essa votação se restringe única e exclusivamente à Câmara ou se ela toca o Senado, porque fatalmente este será atingido por essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência esclarece ao nobre Líder Cid Sabóia de Carvalho que, por enquanto, a votação se processa na Câmara dos Deputados.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO – Mas se o Câmara destaca, o Senado não tem como não destacar. Se a Câmara não destaca, o Senado não pode destacar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – V. Ex^a poderá utilizar idêntica prerrogativa no Senado Federal e a Mesa apreciará o seu requerimento.

O Sr. Gastone Righi – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra o nobre Congressista Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB vota "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A manifestação do PTB vota "sim" ao requerimento.

Todos os partidos já se manifestaram? (Pausa.)

Vai ser feita a computação da votação simbólica, pelo número de componentes das bancadas.

O PDS votou "não", o PSDB votou "sim", o PT votou "sim".

Nobre Líder Eduardo Siqueira Campos, do PDC, como vota a sua bancada?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC – TO) – Sr. Presidente, o PDC vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O PDC vota "não".

Como vota a Bancada do PL? (Pausa.)

Nobre Líder José Carlos Sabóia, do PSB, como vota a sua bancada?

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB – MA) – Vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O PC do B vota obviamente "sim", porque o nobre Líder Haroldo Lima é um dos signatários do requerimento.

Como vota o PTR, em relação a essa proposição? (Pausa.)

Como vota o PRS? (Pausa.)

Como vota o PCB? (Pausa.)

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE) – O PCB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Como vota o PL? (Pausa.)

O SR. ROBSON TUMA (PL – SP) – Sr. Presidente, a Bancada do PL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Vai ser feita, portanto, a apuração das manifestações dessa avaliação simbólica. (Pausa.)

A Presidência vai anunciar o resultado e, embora se possa questionar a decisão da Presidência, não há dúvida de que é a melhor maneira de apurar a tendência do Plenário, no exercício do voto.

Manifestaram-se pelo sim 283 parlamentares, e não 215. Portanto, o requerimento foi aprovado.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Vai ser procedida a verificação de votação, por solicitação do nobre Líder Arnaldo Faria de Sá.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a verificação da votação simbólica que V. Ex^a fez é um assunto de mais alta importância para o funcionamento e para a vida do Congresso Nacional. E por isso quero levantar a seguinte questão de ordem:

A Constituição, no seu art. 47, acaba com o voto de liderança. A Constituição, no seu art. 47, quer fortalecer o voto do parlamentar, o voto do deputado. E V. Ex^a, quando faz apuração por liderança, desconhece a votação dos liderados. E direi mais: V. Ex^a argumentará que essa é a única maneira de se apurar o voto simbólico. Mas é uma maneira perigosa. Se for feita essa apuração simbólica que V. Ex^a está adotando – e que outros presidentes do Senado, anteriores a V. Ex^a, vinham adotando, mesmo depois da Constituição – se fizer isso dentro daquele período de uma hora em que se não pode pedir verificação, essa técnica nos levará à aprovação do voto de liderança.

Ora, a Constituição é contra o voto de Liderança. Então, V. Ex^a pergunta: qual é a fórmula de se apurar simbolicamente o voto do Plenário? Sr. Presidente, é da tradição da Casa, é da tradição da Constituição de 1946: V. Ex^a pedirá que fiquem sentados aqueles que aprovam a matéria, e que se levantem os que são contra. V. Ex^a, então, como faziam os antigos presidentes do Congresso Nacional, ao tempo do texto de 1946, numa visão do apanhado, chegará à conclusão se foi ou se não foi aprovada a matéria.

Estamos iniciando, Sr. Presidente, uma nova fase parlamentar na História do País; V. Ex^a é o primeiro Presidente após a legislatura que votou a Constituição de 1988. Por isso, fica aqui nesta questão de ordem, o apelo a V. Ex^a para que não adote esta técnica, porque esta técnica é restabelecer o voto de liderança e é, na realidade, anular o voto dos liderados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência, em que pese o maior apreço ao nobre Líder Bonifácio de Andrada, que há poucos instantes, da tribuna, apoiava a decisão da Mesa na votação que se processou, por determinação da Mesa, do requerimento firmado pelos nobres Líderes Haroldo Lima e Carlos Sant'Anna, o nobre Líder Bonifácio de Andrada entende de divergir da orientação da Presidência na aceitação do pedido de verificação, que vai ser procedida a partir desse momento.

Portanto, a Presidência, lamentando a discordância, mantém a sua decisão e atende à solicitação do Líder Arnaldo Faria de Sá, processando a verificação de votação.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA – Sr. Presidente, V. Ex^a irá permitir-me que recorra da decisão da Presidência, com as minhas homenagens a V. Ex^a, com o meu apreço e com a admiração que tenho por V. Ex^a, que é de longa data. Mas V. Ex^a, entendendo esses recursos como um esforço, de

acordo com a nossa consciência de preservar o preceito constitucional, é de dar aos congressistas liderados capacidade de votar sobretudo no espaço de uma hora, quando não se pode pedir a verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Se V. Ex^a utilizar a figura do recurso irá permitir que, de uma vez por todas, se dissipem as dúvidas que agora estão sendo afloradas em razão do debate travado no plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência lembra à Casa que recurso semelhante já foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados pelo nobre Deputado Cardoso Alves, que já fez uma consulta à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação no mesmo sentido.

Vai ser processada, portanto, a verificação de votação. Peço aos Srs. Deputados que tomem assento nas respectivas bancadas.

Atenção, Srs. Deputados, todos nas respectivas bancadas, porque irá se processar a verificação.

O Sr. Ricardo Fiúza – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO FIÚZA (Bloco – PE.) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a se esta matéria não tem mais encaminhamento.

Não precisa explicar-me. Não tem?

Queria orientar o voto da bancada com o mínimo de generosidade de V. Ex^a para saber do que se trata.

Estamos votando um veto sobre um projeto de política salarial que se contrapõe ao que estamos fazendo hoje. Esse projeto de política salarial tanto foi considerado inviável, que estamos agora discutindo a medida de política salarial.

Peço encarecidamente aos Companheiros do Bloco que mantenham o veto, votando "não" ao requerimento. Sobre tudo porque, Sr. Presidente, os Companheiros novos que chegaram estão discutindo agora na medida provisória a política salarial. É uma oportunidade aos novos companheiros. Peço que votem "não" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Peço aos Srs. Deputados que tomem assento no plenário, porque vai se processar a verificação de votação.

O Sr. Haroldo Lima – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. HAROLD LIMA (PC do B – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para orientar a bancada, voto "sim" ao requerimento, salvaguardando o direito de qualquer parlamentar, em votando "sim" agora esse requeri-

mento, pode depois apoiar ou rejeitar o veto do Presidente.

O que nós queremos apenas é separar coisas que estão sendo votadas em bloco e que são diferentes. O voto "sim" no requerimento diz respeito à regra regimental que temos observado até hoje e significa preservar o direito de todo parlamentar a posteriormente dar o seu voto "sim" ou "não" ao veto do Presidente.

O Sr. Siqueira Campos – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por uma questão de coerência, a Liderança do PDC recomenda o voto "não", colocando desde já que todas as votações se procedam pelo processo nominal.

O Sr. Gastone Righi – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB orienta a sua Bancada para que vote "sim" ao requerimento, ou seja, permitindo o destaque.

O Sr. Eduardo Jorge – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores também indica o voto "sim" e saúda a indicação do PTB que, certamente, vai nos dar a vitória, pois foram os votos que faltaram na votação anterior.

O Sr. Humberto Souto – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo solicita à casa o voto "não" ao requerimento, explicando que não vai se perder a oportunidade de se votar os vetos. Rejeitado esse requerimento aos votos dos vetos.

O Sr. Edison Silva – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. EDISON SILVA (PDT – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PDT vota "sim" ao requerimento.

O Sr. José Carlos Sabóia – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB – MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PSB vota "Sim" ao requerimento.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem.) – Anteriormente, já a nossa posição era "não".

O Sr. José Rezende – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSÉ REZENDE (PRS – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PRS vota "não".

O Sr. Genebaldo Correia – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB – BA. Pela ordem.) – O PMDB pede à sua Bancada que vote "sim".

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco – SP. Pela Ordem.) – Sr. Presidente, se esse requerimento for aprovado, o que os novos Deputados estão votando na política salarial fica prejudicado. Há que se votar "não", para que os novos Deputados tenham direito a Medida Provisória nº 295. Por isso, peço o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Peço que todos tomem assento nas suas respectivas bancadas no plenário.

Vai ser processada a verificação de votação. Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar os seus códigos de votação.

V. Ex^{as} já podem selecionar os seus votos. Os deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto do painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem.

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – SIM;
Avenir Rosa – SIM;
Francisco Rodrigues – NÃO;
Julio Cabral – SIM.

Amapá

Aroldo Goes – SIM;
 Eraldo Trindade – NÃO;
 Fátima Pelas – NÃO;
 Gilvam Borges – NÃO;
 Lourival Freitas – SIM;
 Murilo Pinheiro – NÃO;
 Sérgio Barcellos – NÃO;
 Valdenor Guedes – SIM.

Pará

Alacid Nunes – NÃO;
 Carlos Kayath – SIM;
 Domingos Juvenil – SIM;
 Giovani Queiroz – SIM;
 Hilário Coimbra – NÃO;
 José Diogo – NÃO;
 Manoel Ribeiro – SIM;
 Mário Chermont – NÃO;
 Nicias Ribeiro – SIM;
 Paulo Rocha – SIM;
 Paulo Titan – SIM;
 Socorro Gomes – SIM;
 Valdir Ganzer – SIM.

Amazonas

Eduardo Braga – NÃO;
 Euler Ribeiro – SIM;
 José Dutra – SIM;
 Pauderney Avelino – NÃO;
 Ricardo Moraes – SIM.

Rondônia

Jabes Rabelo – NÃO.

Acre

Auricelia de Assis – NÃO;
 João Maia – SIM;
 João Tota – NÃO;
 Ronivon Santiago – NÃO;
 Zilá Bezerra – NÃO.

Tocantins

Edmundo Galdino – SIM;
 Eduardo Siqueira Campos – NÃO;
 Leomar Quintanilha – NÃO;
 Merval Pimenta – SIM;
 Osvaldo Reis – NÃO;
 Paulo Mourão – NÃO.

Maranhão

Cesar Bandeira – SIM;
 Cid Carvalho – SIM;
 Costa Ferreira – NÃO;
 Daniel Silva – NÃO;
 Francisco Coelho – NÃO;
 Haroldo Sabóia – SIM;
 João Rodolfo – NÃO;
 José Burnett – NÃO;
 José Carlos Sabóia – SIM;
 José Reinaldo – SIM;
 Nan Souza – SIM;
 Paulo Marinho – SIM;
 Roscane Sarney – SIM;
 Sarney Filho – SIM.

Ceará

Antonio dos Santos – NÃO;

Ariosto Holanda – SIM;
 Carlos Benevides – SIM;
 Carlos Virgílio – NÃO;
 Edson Silva – SIM;
 Ernani Viana – NÃO;
 Luiz Girão – SIM;
 Marco Penaforte – SIM;
 Maria Luiza Fontenele – NÃO;
 Mauro Sampaio – SIM;
 Moroni Torgan – SIM;
 Pinheiro Landin – SIM;
 Sergio Machado – SIM;
 Ubiratan Aguiar – SIM;
 Vicente Fialho – NÃO.

Piauí

Atila Lira – NÃO;
 Ciro Nogueira – NÃO;
 Jesus Tajra – SIM;
 João Henrique – SIM;
 Murilo Rezende – SIM;
 Mussa Demes – NÃO;
 Paes landim – NÃO;
 Paulo Silva – SIM.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves – SIM;
 Fernando Freire – NÃO;
 Flávio Rocha – NÃO;
 Henrique Eduardo Alves – SIM;
 Iberê Ferreira – NÃO;
 João Faustino – SIM;
 Laire Rosado – SIM.

Paraíba

Adaauto Pereira – NÃO;
 Efraim Moraes – NÃO;
 Ivan Burity – NÃO;
 Ivandro Cunha Lima – SIM;
 José Maranhão – SIM;
 Rivaldo Medeiros – NÃO.

Pernambuco

Alvaro Ribeiro – SIM;
 Fernando Bezerra Coelho – SIM;
 Inocêncio Oliveira – NÃO;
 José Carlos Vasconcelos – NÃO;
 José Mendonça Bezerra – NÃO;
 Luiz Piauhyllino – SIM;
 Maviel Cavalcanti – NÃO;
 Miguel Arraes – SIM;
 Pedro Correa – NÃO;
 Renildo Calheiros – SIM;
 Ricardo Fiuza – NÃO;
 Roberto Franca – SIM;
 Roberto Freire – SIM;
 Roberto Magalhães – SIM;
 Sérgio Guerra – SIM;
 Tony Gel – NÃO;
 Wilson Campos – SIM.

Alagoas

Antonio Holanda – NÃO;
 Augusto Farias – NÃO;
 José Thomaz Nono – SIM;
 Luiz Dantas – NÃO;

Mendonça Neto – SIM;
 Olavo Calheiros – SIM;
 Vitorio Malta – NÃO.

Sergipe

Benedito de Figueiredo – NÃO;
 Cleonancio Fonseca – NÃO;
 Djenal Gonçalves – NÃO;
 Everaldo de Oliveira – NÃO;
 Jeronimo Reis – NÃO;
 José Teles – NÃO;
 Messias Gois – NÃO;
 Pedro Valadares – NÃO.

Bahia

Alcides Modesto – SIM;
 Aroldo Cedraz – NÃO;
 Benito Gama – NÃO;
 Beraldo Boaventura – SIM;
 Clovis Assis – SIM;
 Eraldo Tinoco – NÃO;
 Feliz Mendonça – NÃO;
 Geddel Vieira Lima – SIM;
 Genebaldo Correia – SIM;
 Haroldo Lima – SIM;
 Jabes Ribeiro – SIM;
 Jaques Wagner – SIM;
 João Almeida – SIM;
 João Alves – NÃO;
 João Carlos Bacelar – SIM;
 Jorge Khoury – NÃO;
 José Carlos Aleluia – NÃO;
 José Falcão – NÃO;
 Jutahy Junior – SIM;
 Luis Eduardo – NÃO;
 Luiz Moreira – SIM;
 Manoel Castro – NÃO;
 Marcos Medrado – NÃO;
 Nestor Duarte – SIM;
 Prisco Viana – NÃO;
 Ribeiro Tavares – NÃO;
 Sebastião Ferreira – NÃO;
 Sergio Gaudenzi – SIM;
 Uldurico Pinto – SIM;
 Waldeck Ornelas – NÃO;
 Waldir Pires – SIM.

Minas Gerais

Agostinho Valente – SIM;
 Aloisio Vasconcelos – SIM;
 Aracely de Paula – SIM;
 Armando Costa – SIM;
 Avelino Costa – SIM;
 Célio de Castro – SIM;
 Edmar Moreira – NÃO;
 Elias Murad – SIM;
 Felipe Neri – NÃO;
 Fernando Diniz – SIM;
 Genesio Bernardino – SIM;
 Getúlio Neiva – NÃO;
 Humberto Souto – SIM;
 Ibrahim Abi-Ackel – NÃO;
 João Paulo – SIM;
 João Rosa – SIM;
 José Aldo – SIM;
 José Belato – NÃO;

José Rezende – NÃO;
Lael Varela – NÃO;
Luiz Tadeu Leite – SIM;
Marcelos Lima – SIM;
Mario Assad – NÃO;
Mário de Oliveira – NÃO;
Maurício Campos – SIM;
Neif Jabur – SIM;
Nilmario Miranda – SIM;
Odelmo Leão – NÃO;
Osmanio Pereira – SIM;
Paulino Cícero de Vasconcelos – SIM;
Paulo Delgado – SIM;
Paulo Heslander – SIM;
Romel Anísio – SIM;
Sandra Starling – SIM;
Saulo Coelho – SIM;
Tildei Santiago – SIM;
Vittorino Mediolí – SIM;
Wagner do Nascimento – SIM;
Zaire Rezende – SIM.

Espírito Santo

Aloizio Santos – SIM;
Etevalda Menezes – SIM;
João Baptista Motta – SIM;
Jorio de Barros – SIM;
Nilton Oliveira – SIM;
Paulo Hartung – SIM;
Rita Camata – SIM;
Roberto Valadão – SIM.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – SIM;
Artur da Távola – SIM;
Benedita da Silva – SIM;
Bocayuva Cunha – SIM;
Carlos Alberto Campista – SIM;
Carlos Lupi – SIM;
Cidinha Campos – SIM;
Fenando Lopes – SIM;
Flavio Palmier da Veiga – NÃO;
Francisco Silva – NÃO;
Jair Bosonaro – NÃO;
Jandira Feghali – SIM;
João Mendes – SIM;
Junot Abi-Ramia – SIM;
Laprovita Vieira – SIM;
Luiz Salomão – SIM;
Marcia Cibilis Viana – SIM;
Miro Teixeira – NÃO;
Nelson Bornier – NÃO;
Paulo Almeida – NÃO;
Roberto Campos – NÃO;
Roberto Jefferson – SIM;
Rubem Medina – NÃO.

Sandra Cavalcanti – SIM;
Sergio Arouca – SIM;
Sergio Cury – SIM;
Sidney de Miguel – NÃO;
Simão Sessim – NÃO;
Vivaldo Barbosa – SIM;
Vladimir Palmeira – SIM;
Wanda Reis – SIM.

São Paulo

Alberto Goldman – SIM;

Aldo Rebelo – SIM;
Aloizio Mercadante – SIM;
Andre Benassi – SIM;
Antonio Carlos Mendes Thame – SIM;
Arnaldo Faria de Sá – NÃO;
Beto Mansur – SIM;
Delfim Netto – SIM;
Edevaldo Alves da Silva – NÃO;
Eduardo Jorge – SIM;
Ernesto Gracella – SIM;
Euclides Mello – NÃO;
Fabio Meirelles – NÃO;
Fausto Rocha – NÃO;
Florestan Fernandes – SIM;
Gastone Righi – SIM;
Geraldo Alckmin Filho – SIM;
Heitor Franco – Abstenção;
Helio Bicudo – SIM;
Helio Rosas – SIM;
Irma Passoni – SIM;
João Mellão Neto – NÃO;
José Cicote – SIM;
José Dirceu – SIM;
José Genofino – SIM;
José Maria Eymael – SIM;
Jurandyr Paixão – SIM;
Kouy Iha – SIM;
Liberato Caboclo – SIM;
Luiz Gushiken – SIM;
Magalhães Teixeira – SIM;
Manoel Moreira – SIM;
Marcelino Romano Machado – SIM;
Marcelo Barbieri – SIM;
Maurici Mariano – NÃO;
Mendes Botelho – SIM;
Nelson Marquzezelli – NÃO;
Oswaldo Stecca – SIM;
Robson Tuma – NÃO;
Solon Borges dos Reis – SIM;
Tadashi Kuriki – SIM;
Tidei de Lima – SIM;
Tuga Angerami – SIM;
Ulysses Guimarães – SIM;
Vadão Gomes – NÃO;
Wagner Rossi – SIM.

Mato Grosso

Augustinho Freitas – NÃO;
João Teixeira – NÃO;
Jonas Pinheiro – NÃO;
José Augusto Curvo – NÃO;
Oscar Travassos – NÃO;
Rodrigues Palma – NÃO;
Wellington Fagundes – NÃO;
Wilmar Peres – NÃO.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – SIM;
Francisco Domingos dos Santos – SIM;
Maria Laura – SIM;
Osorio Adriano – NÃO;
Pualo Octávio – NÃO.

Goiás

João Natal – SIM;
Lazaro Barbosa – SIM;
Maria Valadão – NÃO;
Mauro Borges – NÃO;
Mauro Miranda – SIM;

Paulo Mandarinó – SIM;
Pedro Abrão – SIM;
Ronaldo Caiado – NÃO;
Virmondos Cruvinel – SIM.

Mato Grosso do Sul

Elisio Curvo – NÃO;
Flavio Derzi – NÃO;
George Takimoto – NÃO;
Marilu Guimarães – SIM;
Nelson Trad – SIM;
Valter Pereira – SIM;
Waldir Guerra – NÃO.

Paraná

Antonio Barbara – NÃO;
Basilio Villani – NÃO;
Delcino Tavares – SIM;
Edesio Passos – SIM;
Edi Silprandi – NÃO;
Elio Dalla-Vecchia – SIM;
Flavio Arns – SIM;
Homero Oguido – SIM;
Luciano Pizzatto – NÃO;
Luiz Carlos Haully – SIM;
Matheus Iensen – NÃO;
Max Rosenmann – NÃO;
Munhoz da Rocha – SIM;
Paulo Bernardo – SIM;
Pedro Tonelli – SIM;
Pinga Fogo de Oliveira – NÃO;
Reinhold Stephanes – SIM;
Rubens Bueno – SIM;
Wilson Moreira – SIM.

Santa Catarina

Angela Amin – SIM;
Cesar Souza – NÃO;
Dejandir Dalpasquale – SIM;
Dercio Knop – SIM;
Hugo Biehl – NÃO;
Jarvis Gaidzinski – NÃO;
Luci Choinacki – SIM;
Nelson Morro – SIM;
Nueto de Conto – SIM;
Paulo Duarte – NÃO;
Ruberval Piloto – NÃO;
Vasco Furlan – NÃO.

Rio Grande do Sul

Adão Preto – SIM;
Adylson Motta – SIM;
Amaury Müller – SIM;
Antonio Brito – SIM;
Arno Magarinos – NÃO;
Carlos Azambula – SIM;
Carlos Cardinal – SIM;
Carrion Junior – SIM;
Celso Bernardi – SIM;
Eden Pedroso – SIM;
Fernand Carrion – NÃO;
Fetter Junior – NÃO;
Germano Rigotto – SIM;
Ibsen Pinheiro – SIM;
Ivo Mainardi – SIM;
João de Deus Antunes – NÃO;
José Fortunati – SIM;
Luiz Roberto Ponte – SIM;
Nelson Jobim – SIM;

Nelson Proença – SIM;
 Odacir Klein – SIM;
 Osvaldo Bender – NÃO;
 Paulo Paim – SIM;
 Raul Pont – SIM;
 Telmo Kirts – NAO;
 Valdomiro Lima – SIM;
 Victor Faccioni – NÃO;
 Wilson Muller – SIM.

O Sr. Cardoso Alves – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. CARDOSO ALVES (PTB – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que registre o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência procederá ao registro do voto do nobre Deputado Cardoso Alves.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Todos os Srs. Deputados já votaram?

O Sr. Leomar Quintanilha – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PDC – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para registrar o meu voto "não", já que o meu nome não apareceu no painel.

O Sr. Avelino Costa – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. AVELINO COSTA (PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também quero registrar o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Todos os deputados já votaram?

Encerrado, portanto, o processo de votação. Todos os deputados presentes já exercitaram o seu direito de voto.

A Sra. Maria Luiza Fontenele – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE (PSB – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ainda não adaptada com a máquina, eu solicitaria que fosse feita a correção no meu voto. Votei "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE – (Mauro Benevides) – Fica concedida a retificação de V. Ex^a

O Sr. Jesus Tajra – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. JESUS TAJRA (Bloco – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero corrigir o meu voto. Votei "não" e saiu "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedida também a retificação ao voto do Deputado Jesus Tajra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Votaram SIM 223 Srs. Deputados; e NÃO 143.

Houve uma abstenção.

Total: 367 votos.

Aprovado.

Passa-se à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecerão sentados. (Pausa.)

Aprovado no Senado.

Vai-se proceder, a partir deste instante, à votação em separado do § 1º do art. 3º vetado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A Presidência pede aos Srs. Deputados que tomem assento nas suas bancadas.

A Presidência pede, portanto, aos Srs. Deputados que busquem os seus respectivos lugares, porque logo em seguida vai-se processar à votação da parte agora destacada, o § 1º do art. 3º. (Pausa.)

A Mesa faz um reiterado apelo aos Srs. Deputados para que tomem assento nos seus respectivos lugares no plenário do Congresso Nacional.

Vai-se processar a votação do § 1º do art. 3º vetado pelo Senhor Presidente da República.

O Sr. Ricardo Fiúza – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. RICARDO FIÚZA (Bloco – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, lembro aos companheiros que, ao votar a matéria, nós temos que votar "sim", pela manutenção do veto. E por que, Sr. Presidente? Porque esse veto é sobre a matéria que está sendo discutida agora, que é a política salarial. É extremamente importante que os novos companheiros participem.

Portanto, peço que votem pela manutenção do veto, votando "sim"

O Sr. Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Liderança do PDS esclarece que votará "sim", porque considera que a matéria salarial está sendo votada e discutida no colégio dos líderes e, por conseguinte, não deve ser objeto de apreciação neste instante.

O Sr. Genebaldo Correia – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PMDB vota contra o veto, vota "não".

O Sr. Gastone Righi – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB orienta sua bancada, esclarecendo-a de que esta matéria, este projeto de conversão foi votado pela bancada do PTB, já no ano anterior e nós a aprovamos.

Portanto, por medida de coerência, eu recomendo à bancada que vote "não" ao veto.

O Sr. Haroldo Lima – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HAROLD LIMA (PC do B – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em defesa do reajustamento dos salários dos brasileiros, já que é tão rebaixado, nós votamos contra o veto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – É a manifestação do nobre Líder do PC do B.

O Sr. José Carlos Sabóia – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra pela ordem ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ CARLOS SABÓIA (PSB – MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, votamos contra o veto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O PSB é contra o veto.

O Sr. Edson Silva – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra pela ordem ao nobre Líder Edson Silva.

O SR. EDSON SILVA (PDT – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, numa luta incansável em defesa do salário digno para o trabalhador, o PDT vota "não" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – O PDT vota "não" ao veto.

O Sr. Humberto Souto – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é preciso ter bem presente que este veto, se for derrubado, a economia de abril do ano passado para cá será reindexada. Ele reintroduz a aceleração do processo inflacionário e de-

sorganiza toda a economia. V. Ex* pode imaginar o que seria retroagir-se, hoje, com a legislação já toda modificada, os Deputados novos discutindo a política salarial e reintroduzindo a indexação corrigindo todo o processo inflacionário dos salários atuais de abril até hoje! Criaria o caos na política atual. Por esta razão, nós pedimos que mantenham o veto do Senhor Presidente votando "sim".

O Sr. Jutahy Júnior – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR.

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PSDB, mantendo a coerência do voto, vota "não".

O Sr. Eduardo Jorge – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é importante e a Bancada do Partido dos Trabalhadores faz questão de frisar que este artigo apenas garante a reposição do que foi tirado da classe trabalhadora, nada mais do que isso. E aqui gostaria também de salientar que esse foi um argumento muito usado pela Bancada da Situação de que isso impediria que se continuasse essa discussão, ao contrário, ela apenas introduz um termo novo no cenário, um termo novo votado pelo Congresso. Nós estaríamos, então, introduzindo um novo parâmetro na negociação que estamos fazendo. Mas, é uma decisão soberana do Congresso. O Congresso pode decidir isso ou não neste momento.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Líder.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que o PDC apresentou uma emenda que proíbe exatamente que o Presidente da República edite medidas provisórias sobre matéria que ainda não foi apreciada nem votada por esta Casa. Portanto, Sr. Presidente, há uma matéria em apreciação na Casa, com este mérito, e a bancada do PDC entende que a manutenção do voto é o ideal.

Sr. Presidente, o PDC é pela manutenção, "sim" ao veto.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria orientar a bancada para votar "sim", mantendo o veto, chamando atenção de que na votação anterior alguns parlamentares informaram que votaram equivocadamente, mas agora, sendo o voto secreto, ele não aparecerá no painel.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Casa fica inteirada.

Atenção, Srs. Deputados, permaneçam todos nas suas respectivas bancadas, porque será processada a votação.

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram registrar seus códigos de votação.

Os Srs. Deputados queiram selecionar os seus votos. (Pausa.)

Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas queiram acionar simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes do posto se apaguem. (Pausa.)

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos. (Pausa.)

(Processa-se à votação.)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida
Avenir Rosa
Francisco Rodrigues
Julio Cabral

Amapá

Aroldo Goes
Eraldo Trindade
Fátima Pelaes
Gilvam Borges
Lourival Freitas
Murilo Pinheiro
Sérgio Barcellos
Valdenor Guedes

Pará

Alacid Nunes
Carlos Kayath
Domingos Juvenil
Giovanni Queiroz
Hilário Coimbra
José Diogo
Manoel Ribeiro
Mário Chermont
Nicias Ribeiro
Paulo Rocha
Paulo Titan
Socorro Gomes
Valdir Ganzer

Amazonas

Eduardo Braga
Euler Ribeiro
José Dutra
Pauderney Avelino
Ricardo Moraes

Rondônia

Jabes Rabelo

Acre

Auricélia de Assis
João Maia
João Tota
Ronivon Santiago
Zila Bezerra

Tocantins

Edmundo Galdino
Eduardo Siqueira Campos
Leomar Quintanilha
Merval Pimwenta
Paulo Morão

Maranhão

Cesar Bandeira
Cid Carvalho
Costa Ferreira
Daniel Silva
Francisco Coelho
Haroldo Saboia
João Rodolfo
José Burnett
José Carlos Sabóia
José Reinaldo
Nan Souza
Paulo Marinho
Ricardo Murad
Roseana Sarney
Sarney Filho

Ceará

Ariosto Holanda
Carlos Virgílio
Edson Silva
Ernani Viana
Luiz Girão
Marco Penaforte
Maria Luiza Fontenele
Mauro Sampaio
Moroni Torgan
Pinheiro Landim
Sérgio Machado
Ubiratan Aguiar

Piauí

Átila Lira
Jesus Tajra
João Henrique
José Luiz Maia
Murilo Rezende
Mussa Demes
Paes Landim
Paulo Silva

Rio Grande do Norte

Aulúzio Alves
Fenando Freire
Flávio Rocha
Henrique Eduardo Alves
Ibere Ferreira
João Faustino

Paraíba

Adauto Pereira

Efrain Moraes
Ivan Burity
Ivandro Cunha Lima
José Luiz Clerot
José Maranhão
Rivaldo Medeiros

Pernambuco

Alvaro Ribeiro
Inocêncio Oliveira
José Carlos Vasconcellos
José Mendonça Bezerra
Luiz Piauhyllino
Mavíael Cavalcanti
Miguel Arraes
Pedro Corrêa
Renildo Calheiros
Ricardo Fúza
Roberto Franca
Roberto Freire
Roberto Magalhães
Sérgio Guerra
Tony Gel
Wilson Campos

Alagoas

Antonio Holanda
Augusto Farias
José Thomaz Nonô
Luiz Dantas
Mendonça Neto
Olavo Calheiros
Vitório Malta

Sergipe

Benedito de Figueiredo
Cleonânio Fonseca
Djenal Gonçalves
Everaldo de Oliveira
Jerônimo Reis
José Teles
Messias Góis
Pedro Valadares

Bahia

Alcides Modesto
Benito Gama
Beraldo Boaventura
Clóvis Assis
Eraldo Tinoco
Félix Mendonça
Geddel Vieira Lima
Genebaldo Correia
Haroldo Lima
Jabes Ribeiro
João Almeida
João Alves
João Carlos Bacelar
Jorge Khotry
José Carlos Aleluia
José Falcão
Jutahy Júnior
Luiz Eduardo
Luiz Moreira
Manoel Castro
Marcos Medrado
Prisco Viana
Ribeiro Tavares
Sebastião Ferreira

Sérgio Gaudenzi
Uldurico Pinto
Waldeck Ornêlas
Waldir Pires

Minas Gerais

Aloísio Vasconcelos
Aracely de Paula
Armando Costa
Avelino Costa
Célio de Castro
Edmar Moreira
Elias Murad
Felipe Neri
Fernando Diniz
Genésio Benardino
Getúlio Neiva
Ibrahim Abi-Achel
João Paulo
José Aldo
José Belato
Jose Rezende
Lael Varela
Luiz Tadeu Leite
Marcos Lima
Mário Assad
Mário de Oliveira
Neif Jabur
Nilmário Miranda
Odélmo Leão
Osmânio Pereira
Paulino Cícero de Vasconcelos
Paulo Delgado
Paulo Heslander
Romel Anísio
Sandra Starling
Saulo Coelho
Tilden Santiago
Vittorio Medioli
Wagner do Nascimento
Zaire Rezende

Espírito Santo

Aloizio Santos
Etevalda de Menezes
João Baptista Motta
Jório de Barros
Nilton Oliveira
Paulo Hartung
Rita Camata
Roberto Valadão

Rio de Janeiro

Aldir Cabral
Arolde de Oliveira
Artur da Távola
Benedita da Silva
Bocayuva Cunha
Carlos Alberto Campista
Carlos Lupi
Cidinha Campos
Fernando Lopes
Flávio Palmeir da Veiga
Francisco Silva
Jandira Feghali
João Mendes
Junot Abi-Ramia
Laprovita Vieira
Luiz Salomão

Márcia Cibília Viana
Miro Teixeira

Nelson Bornier
Paulo Almeida
Roberto Campos
Roberto Jefferson
Rubem Medina
Sandra Cavalcanti
Sérgio Arouca
Sérgio Cury
Sidney de Miguel
Simão Sessim
Vivaldo Barbosa
Vladimir Palmeira
Wanda Reis

São Paulo

Alberto Goldman
Aldo Rebelo
Antônio Carlos Mendes Thame
Arnaldo Faria de Sá
Beto Mansur
Cardoso Alves
Edevaldo Alves da Silva
Eduardo Jorge
Ernesto Gradella
Euclydes Mello
Fábio Meirelles
Fausto Rocha
Florestan Fernandes
Gastone Righi
Heitor Franco
Hélio Bicudo
Irma Passoni
João Mellão Neto
Jorge Tadeu Mudalen
José Cicote
José Dirceu
José Genofino
José Maria Eymael
Jurandyr Paixão
Koyu Iha
Liberato Caboclo
Luiz Gushiken
Magalhães Teixeira
Manoel Moreira
Marcelino Romano Machado
Marcelo Barbieri
Maurici Mariaño
Mendes Botelho
Nelson Marquezelli
Robson Tuma
Solon Borges dos Reis
Tadashi Kuriki
Tidei de Lima
Tuga Angerami
Vadão Gomes
Wagner Rossi

Mato Grosso

Augustinho Freitas
João Teixeira
Jonas Pinheiro
José Augusto Curvo
Oscar Travassos
Rodrigues Palma
Wellington Fagundes
Wilmar Peres

Distrito Federal

Augusto Carvalho
Benedito Domingos
Francisco Domingos dos Santos
Osório Adriano
Paulo Octávio
Sigmaringa Seixas

Goiás

João Natal
Lázaro Barbosa
Maria Valadão
Mauro Borges
Mauro Miranda
Paulo Mandarino
Pedro Abrão
Ronaldo Caiado
Virmondes Crivinel

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo
Flávio Derzi
George Takimoto
Marilu Guimarães
Nelson Trad
Valter Pereira
Waldir Guerra

Paraná

Antônio Barbara
Delcino Tavares
Edésio Passos
Edi Siliprandi
Elio Dalla-Vecchia
Flávio Arns
Homero Oguido
Luciano Pizzatto
Luiz Carlos Hauly
Matheus Iensen
Munhoz da Rocha
Paulo Bernardo
Pedro Tonelli
Pinga Fogo de Oliveira
Reinhold Stephanes
Wilson Moreira

Santa Catarina

Ângela Amin
César Souza
Dejandir Dalpasquale
Dércio Knop
Hugo Biehl
Jarvis Gaidzinski
Luci Choinacki
Nelson Morro
Neuto de Conto
Paulo Duarte
Ruberval Pilotto

Rio Grande do Sul

Adão Pretto
Adroaldo Streck
Adylson Motta
Amaury Müller
Antônio Brito
Arno Magarinos
Carlos Azambuja
Carlos Cardinal
Celso Bernardi

Eden Pedroso
Fernando Carrion
Fetter Júnior
Germano Rigotto
Ibsen Pinheiro
Ivo Mainardi
João de Deus Antunes
Jose Fortunati
Nelson Jobim
Nelson Proença
Odacir Klein
Osvaldo Bender
Paulo Paim
Raul Pont
Valdomiro Lima
Victor Faccioni
Wilson Müller.

O Sr. Ricardo Moraes – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. RICARDO MORAES (PT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria corrigir, porque votei errado. O meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência esclarece ao nobre Deputado Ricardo Moraes que, sendo sigilos o, o veto processa sigilo. A Presidência apenas registra que V. Ex^a o presente, votou. O seu voto se confrontaria com o sigilo reclamado pela Constituição para apreciação dos vetos presidenciais.

O SR. RICARDO MORAES – Sr. Presidente, queria dizer que o voto, apesar de secreto, todos são identificados aqui e em que proposta votaram.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência apenas esclarece a V. Ex^a que quando houve a retificação, ela atingiu o requerimento que então se processou. Agora, já é o próprio veto que terá que ser cercado das cautelas constitucionais do sigilo.

No requerimento, V. Ex^a poderia declinar se o seu voto era sim ou não. No veto, o sigilo é explícito no texto constitucional em vigor.

O Sr. Eduardo Jorge – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, entendo a colocação de V. Ex^a, mas houve a manifestação do nobre companheiro de que, conscientemente, já identificou o erro. A ausência de um mecanismo que possa corrigi-lo é o cerceamento da consciência do votante.

Portanto, recorremos ao Presidente para discutir a possibilidade da reparação do erro, porque a não computação desse voto, que é um voto consciente do nosso companheiro, é um prejuízo em relação a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Nobre Líder Eduardo Jorge, V. Ex^a é um Parlamentar com vivência nesta Casa, já tendo seguidas vezes participado, na legislação passada sobretudo, da apreciação de vetos presidenciais. V. Ex^a sabe, porque é, sem dúvida, um dos mais atuantes e destacados membros de sua bancada e da Câmara dos Deputados, que, em relação ao veto, há explicitamente a exigência do sigilo e que, nesta matéria, evidentemente, a Mesa não poderia atuar para repor, na sua exatidão, a manifestação de vontade do ilustre colega de V. Ex^a.

A Sra. Sandra Starling – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SRA. SANDRA STARLING (PT – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, data venia do entendimento de V. Ex^a, gostaria de dizer que o sigilo ou o voto secreto é um direito. Portanto, se o companheiro está abrindo mão desse direito, S. Ex^a não está se importando que os demais presentes neste plenário saibam como votou.

V. Ex^a sabe que foi uma conquista da Revolução Francesa o direito do voto secreto, que é mantido nos parlamentos exatamente para que as pessoas que votam não sejam sujeitas à pressão.

Portanto, S. Ex^a tem todo o direito de abrir mão do sigilo do voto e de manifestá-lo de público.

Nesse sentido, peço a V. Ex^a a liberalidade e o entendimento de atender ao voto que foi aqui proferido.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Nobre Deputada, a sequência do lúcido raciocínio de V. Ex^a compele a Mesa a manter a decisão. Reforça a tese da própria Presidência, embora para o conhecimento da opinião pública brasileira, o ilustre deputado tenha tornado pública a sua participação. Mas o registro caracterizado de "sim" ou "não", na votação do veto, a Presidência não tem condições de fazê-lo, sob pena de cometer uma clara infringência à norma constitucional em vigor.

Exatamente pelo apego que dedica a V. Ex^a que, ao iniciar esta legislatura, já marca uma presença atuante neste plenário, a Presidência se sente no dever de manter o esclarecimento anterior.

Vai-se processar à apuração.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Mantido o veto na Câmara dos Deputados, no que se refere ao § 1º do art. 3º. Votaram "sim" 133 Deputado; "não", 208 ocorrendo 5 abstenções.

A matéria, portanto, não vai à apreciação do Senado Federal.

O Deputado Wilson Müller do PDT vem à Mesa para solicitar providências urgentes, em razão de um equívoco no painel que não registrou, sequer, o seu nome como um dos votantes na manifestação anterior desta Casa.

A Presidência vai adotar as providências saneadoras, para que o voto do nobre representante do PDT seja registrado com absoluta fidelidade, de acordo com a manifestação de sua vontade.

O Sr. Alofio Mercadante – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOFÍZIO MERCADANTE (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu voto não foi registrado.

Deputado Alofio Mercadante vota "não" pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A manifestação do nobre Deputado Alofio Mercadante de que está presente a esta votação, fica registrada.

O Sr. Agostinho Valente – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AGOSTINHO VALENTE (PT – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, o meu voto também não foi registrado. Gostaria de que o registrasse.

Deputado Agostinho Valente, PT – MG, vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência registra a presença do nobre Deputado por Minas Gerais. Registrada, portanto, a sua presença.

Em relação ao voto "sim" ou "não", a Presidência sente-se impedida de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência esclarece à Casa que a votação seguinte incidirá sobre o art. 6º, seu parágrafo único, o art. 11, o art. 12 e o art. 13. Sobre a mesa, requerimento que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 71, DE 1991 - CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Parecer CN/90, da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 13 do PLV 28/90.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1991.
– José Genofino.

REQUERIMENTO Nº 72, DE 1991 – CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Parecer CN/90, da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 12 do PLV 28/90.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1991.
– José Genofino.

REQUERIMENTO Nº 73, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Parecer CN/90, da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 11 do PLV 28/90.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1991.
José Genofino.

O Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Alexandre Costa.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Concedo a palavra ao hobre Congressista.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, de acordo com o art. 50 do Regimento Comum, não cabe mais o requerimento da votação em separado, pois já está iniciada a votação do item 2 da pauta.

O primeiro requerimento votado foi pertinente, pois o foi antes do início da votação. Já iniciado o processo de votação não cabe um novo requerimento de votação em separado.

Diz textualmente o art. 50 do Regimento Comum:

Art. 50. Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação.

Então, já iniciada a discussão da matéria, não cabe mais a votação de destaque em separado.

O Sr. Eduardo Jorge – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para contestar, pois os requerimentos já tinham sido entregues antes, embora não tenham sido lidos. Serão lidos agora, mas já foram entregues antes, repito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Os requerimentos de preferência e de destaque deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria... A matéria já havia sido anunciada:

"Votação em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 1990, que institui nova sistemática para reajustes de preços e salários."

De maneira que a Mesa não recebe os requerimentos.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Vamos votar em bloco.

O Sr. Eduardo Jorge – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós do Partido dos Trabalhadores em entendimentos, inclusive com outros Líderes Partidários de Oposição, em virtude da importância da apreciação desses vetos, ao verificar que o quorum na Casa está muito baixo, o que impede que a maioria realmente expresse o seu posicionamento, decidimos nos retirar do plenário para que, numa outra oportunidade, com o quorum mais alto, possamos derrubar esses vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Passa-se à votação na Câmara.

O Sr. Edson Silva – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDSON SILVA (PDT – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em nome da Bancada do PDT, gostaríamos de solicitar aos companheiros que se retirassem do plenário para tentarmos, numa outra oportunidade, um posicionamento favorável em defesa das medidas que estamos votando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Em votação na Câmara o art. 6º e seu parágrafo único; o art. 11, os art. 12 e 13.

O Sr. Humberto Souto – Sr. Presidente, a Liderança do Governo quer fazer uma advertência e uma lembrança para os novos deputados que estão chegando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares.

O Sr. Jutahy Júnior – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Anunciada a votação, nobre Líder.

O Sr. Jutahy Júnior – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda a sua Bancada que não dê número...

O Sr. Humberto Souto – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Com a palavra o nobre Líder do Governo.

O SR. HUMBERTO SOUTO (BLOCO – MG. Como Líder.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo quer fazer uma observação aos novos Srs. Parlamentares para que

vejam que a propaganda foi feita durante esses 4 anos, onde éramos acusados de não votarmos, de não estarmos presentes, de que às vezes retirar-se do plenário é um recurso legítimo e que, agora, as oposições, porque estão perdendo, estão retirando-se do plenário, Sr. Presidente.

É apenas um registro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – A presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

O Sr. Ricardo Fiúza – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. RICARDO FIÚZA (BLOCO – PE. Para um esclarecimento.) – Sr. Presidente, estamos votando o destaque ou a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – O art. 6º e seu parágrafo único, e os arts. 11, 12 e 13.

O SR. RICARDO FIÚZA – Peço aos companheiros que votem "sim", pela manutenção do veto.

O Sr. Bonifácio de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Liderança do PDS também esclarece que é matéria salarial e que vai votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Passa-se à votação.

Peço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares nas bancadas. (Pausa.)

Registrem os seus códigos de votação. (Pausa.)

Selecione os seus votos. (Pausa.)

Acionem simultaneamente o botão preto no painel e a chave sob a bancada, até que as luzes se apaguem.

Os Srs. Deputados que não registraram os seus votos queiram fazê-lo nos postos avulsos, afastando-se após o registro.

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Francisco Rodrigues
Julio Cabral.

Amapá

Eraldo Trindade
Fátima Pelas
Gilvan Borges
Murilo Pinheiro
Sérgio Barcellos
Valdenor Guedes.

Pará

Alacid Nunes

Hilário Coimbra
José Diogo
Manoel Ribeiro
Mário Chermont
Nícias Ribeiro
Paulo Titan.

Amazonas

José Dutra.

Rondônia

Jabes Rabelo.

Acre

Auricélia de Assis
João Maia
João Tota
Ronivon Santiago
Zila Bezerra.

Tocantins

Eduardo Siqueria Campos
Leomar Quintanilha
Paulo Morão.

Maranhão

Cesar Bandeira
Costa Ferreira
Daniel Silva
Francisco Côelho
João Rodolfo
José Burnett.

Ceará

Ernani Viana
Luiz Girão
Vicente Fialho

Piauí

José Luiz Maia.

Rio Grande do Norte

Fernando Freire
Flávio Rocha
Laire Rosado.

Paraná

Adauto Pereira
Efrain Moraes
Ivan Burity
Ivandro Cunha Lima
José Luiz Clerot
José Maranhão
Rivaldo Medeiros.

Pernambuco

Inocêncio Oliveira
José Carlos Vasconcellos
Mavíael Cavalcanti
Ricardo Fiúza
Tony Gel.

Alagoas

Antônio Holanda
Augusto Farias
Luiz Dantas
Vitório Malta.

Sergipe

José Teles
Pedro Valadares.

Bahia

Benito Gama
Eraldo Tinoco
Jorge Khoury
José Carlos Aleluia
Luís Eduardo
Luiz Moreira
Manoel Castro
Prisco Viana
Ribeiro Tavares
Waldeck Ornêlas.

Minas Gerais

Aracely de Paula
Avelino Costa
Bonifácio de Andrada
Edmar Moreira
Elias Murad
Fernando Diniz
Getúlio Neiva
Ibrahim Abi-Achel
José Aldo
José Belato
José Rezende
Mário Assad
Mário de Oliveira
Odelmo Leão
Romel Anísio
Wagner do Nascimento
Zaire Rezende.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral
Flávio Palmier da Veiga
Francisco Dornelles
Francisco Silva
Jair Bolsonaro
João Mendes
Nelson Bornier
Paulo Almeida
Roberto Campos
Roberto Jefferson
Rubem Medina
Sandra Cavalcanti
Simão Sessim.

São Paulo

Alberto Goldman
Edevaldo Alves da Silva
Euclides Mello
Fábio Meirelles
Fausto Rocha
Gastone Righi
Heitor Franco
João Mellão Neto
José Maria Eymael
Luiz Gushiken
Marcelino Romano Machado
Mendes Botelho
Nelson Marquezelli
Robson Tuma
Sólon Borges dos Reis
Tadashi Kuriki
Tidei de Lima
Vadão Gomes.

Mato Grosso

João Teixeira
Wellington Fagundes.

Distrito Federal

Benedito Domingos
Osório Adriano.

Goiás

Maria Valadão
Mauro Borges
Ronaldo Caiado.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo
Flávio Derzi
George Takimoto
Waldir Guerra.

Paraná

Antônio Barbara
Luciano Pizzatto.

Santa Catarina

Ângela Amin
César Souza
Hugo Biehl
Paulo Duarte
Ruberval Pilotto
Vasco Furlan.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck
Adylson Motta
Arno Magarinos
Carlos Azambuja
Celso Bernardi
Fernando Carrion
Fetter Júnior
João de Deus Antunes
Osvaldo Bender
Victor Faccioni.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Votaram sim 102 Srs. Deputados; e não 35.

Houve 6 abstenções.

Total de votos: 143.

Não houve número para apreciação do veto.

Os itens 3 a 31 da Ordem do Dia, todos em fase de votação, ficam com a apreciação adiada.

São os seguintes os itens cuja votação fica adiada por falta de quorum:

— 3 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 1990

(Medida Provisória nº 150, de 1990)

Votação em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios e dá outras providências. (Mens. nº 70/90-CN.)

Partes vetadas:

- Parágrafo único do art. 10;
- inciso V do art. 14;
- inciso VI do art. 14;
- inciso VII do art. 14;
- parágrafo único do art. 14;
- alínea f do inciso VIII do art. 19;
- parágrafo único do art. 23;
- § 8º do art. 40;
- art. 49;
- § 1º do art. 49;
- § 2º do art. 49;
- art. 50;
- art. 51;

- § 1º do art. 51;
- § 2º do art. 51;
- art. 52;
- art. 53 e incisos;
- art. 54;
- art. 55; e
- art. 56.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 4 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21 DE 1990

(Medida Provisória nº 151 de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- art. 6º;
- parágrafo único do art. 6º;
- parágrafo único do art.

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão, nº 16 de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de Impostos de Importação e dá outras providências. (Mens. nº 72/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 9º; e
- inciso III do art. 10.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 5 —

PROJETO DE CONVERSÃO
Nº 16, DE 1990

(Medida Provisória nº 158, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão, nº 16 de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de Impostos de Importação e dá outras providências. (Mens. nº 72/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 9º; e
- inciso III do art. 10.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 6 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 30, DE 1990

(Medida Provisória nº 160 e 171, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nº 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que mencionam, e dá outras providências. (Mens. nº 73/90-CN.)

Partes vetadas:

- art. 13;
- parágrafo único do art. 13.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 7 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 70, DE 1989

(Nº 6.094/85, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1989, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências. (Mens. nº 84/90-CN.)

Prazo: 19-8-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 8 —

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 75, DE 1982

(Nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982, (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil. (Mens. nº 90/90-CN.)

Prazo: 19-8-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 46, DE 1985

(Nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito. (Mens. nº 93/90-CN.)

Prazo: 31-8-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

10
PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 104, DE 1982
 (Nº 7/87, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 297 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 – Código Nacional de Trânsito. (Mens. nº 93/90-CN.)

Fonte: 31-8-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

11
PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 104, DE 1982

(Nº 7/87, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. (Mens. nº 94/90-CN.)

Prazo: 6-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

12
PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 33, DE 1987

(Nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, regula seu funcionamento e dá outras providências. (Mens. nº 115/90-CN.)

Partes vetadas:

- inciso IX do art. 11;
- inciso XIX do art. 11;
- inciso III do art. 29;
- art. 38.

– incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
 Nº 64 DE 1983
 (Nº 1.003/79, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. (Mens. nº 116/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Parte vetada: art. 5º

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

14
PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 289, DE 1979

(Nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. (Mens. nº 117/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

15
PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 17, DE 1988

(Nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan. (Mens. nº 119/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

16
PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 36, DE 1982

(Nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a País estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Mens. nº 121/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
 Nº 36, DE 1990
 (Nº 3.158/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais de saúde. (Mens. nº 122/90-CN.)

Prazo: 2-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

18
PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 32, DE 1988

(Nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado, nº 32, de 1988 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, à cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, e dá outras providências. (Mens. nº 123/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

19
PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 50, DE 1990

(Nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal e determina outras providências. (Mens. nº 126/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Partes vetadas: arts. 4º e 11

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

20
PROJETO DE LEI
 Nº 5, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. (Mens. nº 128/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 2º com o respectivo anexo
- § 2º do art. 2º
- § 2º do art. 6º
- § 3º do art. 6º
- art. 22
- alínea b do inciso I do art. 24
- alínea b do inciso II do art. 28
- alínea c do inciso II do art. 28
- § 2º do art. 31
- § 4º do art. 31
- inciso V do art. 37

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
 Nº 25, DE 1990
 (Nº 2.036/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1990 (nº 2.036/89, na origem), que determina a indicação do prazo de prescrição nos títulos de créditos (cambial) (Mens. nº 149/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 22 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 49, DE 1990
(Nº 3.101/90 na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 23 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 97, DE 1989

(Nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo

- Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 159/90-CN.)

Partes vetadas:

- §§ 1º e 2º do art. 5º;
- inciso IX do art. 6º;
- art. 11;
- art. 15;
- art. 16;
- item II do § 2º do art. 26;
- parágrafo único do art. 27;
- § 1º do art. 28;
- § 4º do art. 37;
- inciso X do art. 39;
- art. 45;
- inciso V e § 3º do art. 51;
- § 3º do art. 52;
- § 1º do art. 53;
- § 5º do art. 54;
- § 2º do art. 55;
- §§ 2º e 3º do art. 60;
- art. 62;
- parágrafo único do art. 67;
- parágrafo único do art. 68;
- §§ 2º e 3º do art. 82;
- parágrafo único do art. 83;
- art. 85;
- art. 86;
- art. 89;
- parágrafo único do art. 92;
- art. 96;
- parágrafo único do art. 97;
- §§ 1º e 2º do art. 102;
- incisos X, XI e XII do art. 106;
- art. 108;
- art. 109;

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 24 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 89, DE 1983

(Nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 89,

de 1983 (nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências. (Mens. nº 160/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 25 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 26 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 21, DE 1990

(Nº 3.656/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1990 (nº 3.656/89, na origem), que dispõe sobre a extinção de recursos *ex officio*. (Mens. nº 173/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 27 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 50, DE 1990

(Nº 3.110/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1990 (nº 3.110/89, na origem), que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. (Mens. nº 177/90-CN.)

Partes vetadas:

- art. 11;
- § 3º do art. 26;
- incisos II e III do art. 27;
- art. 29;
- inciso I e §§ 4º e 6º do art. 32;
- §§ 2º e 3º do art. 33;
- §§ 3º, 4º e 5º do art. 35;
- art. 39;
- §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 7º do art. 39;
- art. 40;
- art. 42;
- art. 44;
- art. 48;
- art. 49;
- art. 51; e

- art. 53.

Prazo: 10-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 28 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 78, DE 1986

(Nº 1.945/83, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1986 (nº 1.945/83, na origem), que inclui o fotógrafo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Mens. nº 178/90-CN.)

Prazo: 9-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 29 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 68, de 1990

(Nº 3.607/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/90, na origem), que dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia dos Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

- Relatório, sob nº 9, de 1990-CN, da Comissão Mista (Mens. nº 186/90-CN.)

Prazo: 17-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 30 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 70, DE 1990

(Nº 1.032/88, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1990 (nº 1.032/88 na origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário, revoga a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e dá outras providências. (Mens. nº 206/90-CN.)

Prazo: 29-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 31 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 7, DE 1990

(Nº 3.979/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1990 (nº 3.979/89, na origem), que cria a Zona de Processamento de Exportação do

Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais. (Mens. nº 207/90-CN.)

Prazo: 29-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – **Item 32:**

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências.

Partes vetadas:

- art. 4º;
- art. 5º;
- art. 6º;

- art. 7º;
- art. 12;
- § 1º do art. 14;
- §§ 4º e 5º do art. 18.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – **Item 33:**

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 14, de 1990-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamento da União crédito suplementar de Cr\$ 1.598.225.000,00 (um bilhão, quinhentos e noventa e oito milhões, duzen-

tos e vinte e cinco mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Parte Vetada:

- Art. 2º

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, para apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 21 horas e 40 minutos.*)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS